

TRABALHO DE CAMPO

MULTI PROFISSIONAL

CAIURU

ANEXO

1996

ANEXOS

Anexo 1 - Entrevista com Prefeito

nome:

sexo:

tempo/cargo:

- 1 - Quais são as políticas desenvolvimentista e expansionista cabíveis no município?
- 2 - Como é composto e distribuído o orçamento Municipal? Qual é estimativa para 1996 e o que representa em relação a 1995?
- 3 - Quais as características sócio-econômicas/demográficas do Município como um todo?
- 4 - Em relação à estrutura organizacional da Prefeitura existem programas integrados entre as secretarias?
- 5 - Existe uma política de Recursos Humanos? Plano de Carreira, Cargos e Salários? Como se dá a capitação e reciclagem do pessoal?
- 6 - O quadro de Recursos humanos é suficiente? Qual é o número de servidores? Quais os regimes de trabalhos existentes?
- 7 - Qual a sua opinião sobre o SUS enquanto proposta?
- 8 - E como quando ocorreu o processo de Municipalização de Cajuru? Todos os serviços de saúde estão Municipalizados?
- 9 - O município estava preparado para entrar na Gestão Parcial, de acordo com a NOB 01/93 - Como está esse processo, qual é sua avaliação?
- 10 - Como esta relação Município/Secretaria de Saúde/Ministério da Saúde? Como se dá o repasse do financiamento?

11 - Quais são as fontes de financiamento da Saúde?

12 - Quais as mudanças na área da Saúde a partir da criação do FUMDES-Fundo Municipal de Saúde, em 1991?

13 - Há programa de promoção social?Quais as prioridades?

14 - Existe algum tipo de Consórcio em andamento entre as cidades da região?
(se *sim* pedir para comentar)

Anexo 2 - Entrevista com Secretário da Saúde

Nome:

Idade:

Profissão:

Cargo/Função:

Tempo no Cargo:

- 1 - Como e quando ocorreu o processo de municipalização de Cajuru? Todos os serviços de saúde estão municipalizados?
- 2 - No que se refere à territorialização, existe definição de área de abrangência e de influência dos serviços de saúde?
- 3 - Como está o processo de regionalização/distritalização do município?
- 4 - Existe algum processo de consórcio entre as cidades da região?
- 5 - O município estava se preparando para entrar na gestão parcial, de acordo com a NOB 01/93 - Como está este processo e como o Sr. o avalia?
- 6 - Como está a relação Município/Secretaria Estadual da Saúde/Ministério da Saúde?
- 7 - Quais são as fontes de financiamento da saúde? Como se dá o repasse?
- 8 - Como está a rede de serviços de saúde? De que tipos são? (conveniados, contratados, privados). Como é o relacionamento entre eles?
- 9 - Quanto à hierarquização das ações de saúde, como ocorre o mecanismo de referência/contra-referência?
- 10 - Como é elaborado o PMS? Quem participa? Como são priorizadas as ações?

- 11 - Como se dá a avaliação e controle da assistência prestada, tanto pelo setor público quanto privado?
- 12 - Existe sistema de informação definido? Como funciona? Quem gerencia AIH? E o sistema ambulatorial?
- 13 - Como é composto o CMS? Qual sua função? Como funciona? Realiza avaliação e controle das ações de saúde? De que forma?
- 14 - Como são realizadas as campanhas de vacinação? Quem exerce o comando? Qual a cobertura da última campanha contra a poliomielite? Quais as dificuldades para executá-la?
- 15 - Quais as prioridades no âmbito da Vigilância Sanitária/Vigilância Epidemiológica? Como são exercidas suas ações? Como são coletados os dados para a confecção dos índices de saúde? Onde são elaborados? Há retorno das informações?
- 16 - Como é feita a destinação do lixo hospitalar?

Anexo 3 - Entrevista com Secretário de Administração

nome:

sexo:

cargo:

- 1 - Qual é a estrutura da Secretária, como está posicionada no organograma municipal e como se relaciona com as secretarias de Educação, Cultura e Lazer?
- 2 - Ao seu ver, como está o processo de municipalização da região onde está inserido Cajuru e do próprio município particularmente?
- 3 - Existe plano diretor de Cajuru?(Caso afirmativo desejamos ter acesso ao mesmo)
- 4 - O senhor poderia fazer um breve histórico da estruturação político-financeira de Cajuru?
- 5 - Quais as características sócio-econômica e demográficas do município como um todo?
- 6 - Fale das principais fontes de renda de Cajuru (Atividades Agropastoris, Turismo e outras)
- 7 - Quais as principais características Geo-econômicas de Cajuru?
- 8 - Há programas de promoção social?Quais as prioridades?
- 9 - A receita Municipal, como tem se portado nos últimos 3 anos?
 - 9.1 - cresceu?
 - 9.2 - não sofreu alteração?
 - 9.3 - reduziu?

10 - Ao seu ver, esta receita está sendo condignamente empregada em benefício da municipalidade?

11 - Do seu ponto de vista, os sistemas de transportes, segurança, e programas de habitação, promoção social e saneamento básico, funcionam a contento?

12 - O que refletiu a Municipalização da Saúde na sua Secretaria?

Anexo 4 - Secretaria de Obras e Serviços

nome:

sexo:

cargo:

- 1 - Quais os principais projetos da Secretaria?
- 2 - Quais as políticas de desenvolvimento da cidade?
- 3 - Qual o orçamento dessa Secretaria?
- 4 - Tem algum projeto financiado? Quem financia?
- 5 - O município tem um Plano Diretor?(desenvolvimento urbano)
- 6 - Cajuru encontra-se em Área de Proteção Ambiental(APA)?
- 7 - O município possui três metalúrgicas e duas fábricas de implementos agrícolas. Elas apresentam algum problema ambiental?

poluição do ar:
poluição das águas:
resíduos sólidos:
ruído:
- 8 - O lixo doméstico é depositado em aterro sanitário. A prefeitura se baseia em algum projeto técnico?
- 9 - O município tem interesse em municipalizar os serviços de águas?
- 10 - A cidade é atingida pela preta proveniente da queima da palha da cana?
- 11 - O vinhoto proveniente da destilaria da cana tem causado danos ambientais?
- 12 - A municipalização dos serviços de saúde refletiu de alguma forma em sua secretaria?

Anexo 5 - Secretaria de Esportes, Cultura e Turismo

Nome:

Sexo:

Cargo:

1 - Como se estrutura a Secretaria?

2 - Qual é orçamento dessa Secretaria?

3 - Quais são os principais projetos da Secretaria?

Cultura:

Esporte Amador:

Patrimônio Histórico:

Programas de Apoio ao Turismo:

4 - Quais são as atividades dessa Secretaria nas festas populares?

5 - Existe em Cajuru manifestações culturais folclóricas?

6 - A população de Cajuru participa das atividades culturais propostas por essa Secretaria?

7 - A Secretaria tem algum trabalho voltado aos moradores situados em área rural?

8 - A Secretaria já realizou algum programa ligado ao tema Saúde?

9 - A Secretaria tem ou já realizou algum trabalho com as escolas e adolescentes?

Anexo 6 - Entrevista com o CMS

nome:

idade:

profissão:

cargo/função:

tempo no cargo:

1 - Desde quando existe o CMS?

2 - Qual a sua composição? Como é feita a designação de seus membros?

3 - Qual a sua função? Tem poder deliberativo e/ou consultivo?

4 - Com que frequência se dão os encontros?

5 - Como o Conselho realiza a avaliação e o controle das ações de saúde?

6 - Como é visto o processo de Municipalização da saúde?

7 - Como o Conselho contribui neste processo?

8 - O que representa o FMS? Como funciona

Anexo 7 - Entrevista com Diretor do CS II/PAS

Nome:

Idade:

Profissão:

Cargo/Função:

Tempo no Cargo:

- 1 - Desde quando existe este CS? Houve planejamento para sua instalação?
- 2 - Quando foi municipalizado?
- 3 - Quais os serviços oferecidos à população? Em que horários?
- 4 - Qual o sistema de referência/contra referência, para os diferentes serviços?
- 5 - Qual é o quadro de pessoal? Qual a jornada de trabalho de cada categoria? É suficiente?
- 6 - Quais os tipos de vínculo empregatício? Existe diferença salarial entre eles?
- 7 - Há programa de desenvolvimento de RH?
- 8 - A área de abrangência é delimitada? E a de influência?
- 9 - O atendimento limita-se a esta(s) área(s)?
- 10 - Quais as principais barreiras encontradas pela população para o acesso a este serviço?
- 11 - Quais os programas desenvolvidos por este serviço? Quais os profissionais envolvidos e como participam?
- 12 - Existe articulação interinstitucional?

13 - Qual o tempo de espera no agendamento dos diferentes serviços? E o tempo de espera para ser atendido?

14 - Há distribuição de medicamentos? Como e por quem é realizada?

15 - Como funciona o sistema de informação? Como são coletados os dados? Quais os fluxos seguidos? Há retorno destas informações? Elas orientam as ações de saúde?

16 - Como o senhor(a) vê a implantação do SUS?

Anexo 8 - Entrevista com o Diretor(a) da Santa Casa de Misericórdia

Nome:

Idade:

Profissão:

Cargo/Função:

Tempo no Cargo:

- 1 - Desde quando existe a Santa Casa?
- 2 - Quais os serviços oferecidos à população? Em que horários?
- 3 - Qual o número de leitos existente? É suficiente para as necessidades da população?
- 4 - Qual o sistema de referência/contra referência, para os diferentes serviços?
- 5 - Qual é o quadro de pessoal? Qual a jornada de trabalho de cada categoria?
É suficiente?
- 6 - Qual os tipo de vínculo empregatício?
- 7 - Qual a fonte de recursos da Santa Casa?
- 8 - Como o senhor(a) vê a implantação do SUS? Desde quando existe convênio com o SUS? Há algum entrave nesta relação?
- 9 - A área de abrangência é delimitada? E a de influência?
- 10 - O atendimento limita-se a esta(s) área(s)?
- 11 - Quais as principais barreiras encontradas pela população para o acesso a este serviço?
- 12 - Há distribuição de medicamentos? Como e por quem é realizada?

13 Conhece o CMS? Participa? Como o avalia?.

14 -Qual a destinação do lixo hospitalar?

Anexo 9 - Entrevista com Diretor da Vigilância Sanitária/Epidemiológica

Nome:

Idade:

Sexo:

Profissão:

Cargo/Função:

1 - Quando foi criada?

2 - Como está estruturada? Organograma.

3 - As atividades de vigilância epidemiológica/sanitária, assim como o saneamento básico estão municipalizadas?

4 - Quais os serviços/programas desenvolvidos?

5 - Como foram priorizados estes programas?

6 - Qual o fluxo para execução ?

7 - Quais os procedimentos no caso de aparecimento de doença de notificação compulsória?

8 - Como é o sistema de referência-contrarreferência?

9 - Existe um sistema de informações definido?

10 - Como é seu funcionamento?

11 - Há retorno das análises feitas?

12 - Elas contribuem para mudanças nas ações?

13 - Há uma ação específica para o programa de saúde bucal no tocante à vigilância do teor de cloro na água de abastecimento?

14 - Em relação à Zoonoses, quais as prioridades? Como são desenvolvidos os programas?

15 - Em relação a alimentos de origem animal, a Vigilância Sanitária é atuante? Quais suas ações?

16 - Há retaguarda laboratorial para a VS? E para a VE?

17 - Quais as atividades educativas direcionadas para a vE? E para a VS?

18 - Há alguma atividade direcionada a Saúde do trabalhador?

Anexo 10 - Entrevista com Profissionais da Saúde

Nome:

Data:

Idade:

Sexo:

Profissão:

1 - Local de trabalho:

2 - Função /Cargo:

Tempo de exercício:

3 - Tipo de vínculo público:

Municipal

Estadual

Federal

Outro. Especifique

4 - Regime de Contratação :

CLT

Efetivo

Outros

Especifique.

5 - Área de abrangência da Unidade é definida?

Sim

Não

6 - São atendidos apenas os pacientes à área de abrangência da Unidade?

7 - Os pacientes atendidos na Unidade são cadastrados por Programas?

Sim

Não

8 - Quantos pacientes são atendidos por dia?

9 - O que o usuário precisa fazer para marcar uma consulta na Unidade?

10 - Qual o tempo de espera a marcação da consulta na Unidade e a sua efetivação ? E em relação aos resultados de exames?

11 - Há demanda reprimida na sua área de atuação na Unidade?

Sim Não

12 - Os recursos humanos são suficientes na sua Especialidade ou área de atuação na Unidade?

Sim Não

Especifique.

13 - Quais os programas e/ou serviços desenvolvidos na Unidade? E qual a sua contribuição neste processo de trabalho?

14 - Há trabalho multiprofissional na sua área?

Sim Não

Em caso de resposta positiva, especifique o tipo de trabalho desenvolvido.

15 - O(A) Sr.(a) participa do planejamento dos programas da sua área nesta Unidade?

16 - Há convocação de faltosos nas atividades programáticas?

17 - Existem atividades de treinamento e reciclagem profissional na sua área?

18 - Existe algum tipo de Coordenação de Programas na Unidade? E na sua área?

19 - O que o(a) Sr.(a) entende por Municipalização ?

20. O(A) Sr.(a) conhece o Conselho Municipal de Saúde?

Sim Não

Sente-se representado por ele? Sim Não

21 - O(A) Sr.(a) sentiu mudanças no seu trabalho após a implantação do processo de Municipalização?

Sim Não

Em caso de resposta positiva, especifique.

23 - Há retorno das informações da sua Unidade para níveis mais centrais?

Sim Não

24 - O(A) Sr.(a) gosta de trabalhar nesta Unidade?

25 - As suas atribuições na Unidade estão formalizadas em algum documento, manual?

26 - Como o(a) Sr.(a) entende o papel da sua Unidade no Sistema de Saúde do Município?

Anexo 11 - Entrevista com Usuários

Nome:

Serviço:

Data:

Sexo:

Idade:

Bairro de residência:

1 - Por que procurou o Serviço de Saúde hoje?

2 - Procurou outro serviço antes?

() Sim () Não

Caso sim, por que não foi atendido?

3 - Há algum outro serviço de saúde mais próximo da sua residência?

() Sim () Não

Caso sim, por que não procurou?

- dificuldade de horário
- má qualidade do atendimento
- não há atendimento necessário
- outros Especificar:

4 - Por que prefere este serviço?

5 - Como chegou ao serviço?

- ônibus
- a pé
- carro
- ambulância
- outros Especificar:

6 - Utiliza serviço de saúde fora do município?

() Sim () Não

Caso sim, como se locomove?

7 - Alguma vez já pagou algum serviço prestado quando esteve doente?

() Sim () Não

Caso sim, qual foi o serviço?

8 - Quando alguém na família fica doente, quem procura em primeiro lugar:

- médico
- farmacêutico
- curador
- benzedeira
- padre
- ninguém
- outros Especificar:

9 - Se médico, onde costuma ser atendido:

- Posto de Saúde (UBS)
- PA
- PS
- outros Especificar:

10 - Se não procura médico, qual o motivo?

- muito longe
- usa remédios caseiros
- acha que não precisa
- outros Especificar:

11 - Você utiliza o posto de saúde?

() Sim () Não

* OBS.: Pergunta para PA, CIREM, Hospital, ARE

12 - Você utiliza o Posto de Saúde com que finalidade:

- consulta médica
- pré-natal
- vacinação
- atestado de saúde/carteira de saúde
- leite
- dentista
- outros Especificar:

13 - Caso não utiliza, por que:

- mau atendimento
- fila de espera
- prefere outros serviços
- não sabe que existe
- nunca foi
- é difícil de chegar no local
- outros Especificar:

14 - Com que frequência:

- toda semana
- mensalmente
- semestralmente
- nunca

15 - Costuma marcar consulta?

- () Sim () Não

16 - Quanto tempo demora para ser atendido após ter marcado a consulta?

- até 7 dias
- de 7 a 15 dias
- de 15 dias a 1 mês
- mais de 1 mês
- outros Especificar:

17 - No dia da consulta, quanto tempo demora para ser atendido:

- até meia hora
- até uma hora
- de uma a duas horas
- mais de duas horas

18 - Acha adequado o horário de funcionamento deste serviço?

() Sim () Não

Por que?

19 - Alguém residente no seu domicílio esteve doente no mês de novembro?

Não

Sim

1 - Idade:

Causa:

2 - Idade:

Causa:

3 - Idade:

Causa:

20. Procurou atendimento em serviço de saúde?

() Sim () Não

Caso sim, onde?

21 - Após este atendimento foi encaminhado para outro serviço?

22 - Foi hospitalizado?

() Sim () Não

23 - Evolução do quadro

- cura
- óbito
- ainda está doente

24 - Ficou satisfeito com o atendimento?

Sim

Não

Mais ou menos

Por que?

25 - Recebeu medicamentos gratuitamente no serviço em que foi atendido?

Sim

Não

Caso não, foi encaminhado para outro local para receber o medicamento gratuitamente?

Sim

Não

Onde?

Anexo 12 - Entrevista da EMEI

I - IDENTIFICAÇÃO

Del. Ensino: _____/_____/_____

Nome:

Cargo:

Sexo:

Endereço:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Estado:

1 - Número de alunos (total):

2 - Número de alunos por período: M: T: N:

3 - Quantos alunos por sala de aula (média)?

4 - Quantos professores?

5 - Número de funcionários:

limpeza:

refeitório:

cantina:

outros:

6 - Com quantos anos as crianças ingressam na EMEI?

7 - Com quantos anos as crianças saem da EMEI?

8 - Qual a procedência das crianças que freqüentam a escola?

9 - Qual a metodologia utilizada em sala de aula?

10 - Como ocorre a avaliação ?

11 - Quais atividades são desenvolvidas em campo?

12 - Há compromisso em alfabetizar as crianças que freqüentam a EMEI?

13 - Se sim, com quantos anos a criança é iniciada neste processo?

- 14 - Há algum vínculo pedagógico entre a EMEI e a escola de 1º grau?
- 15 - Que tipo de merenda é oferecida às crianças?
- 16 - É oferecido almoço para as crianças que permanecem em período integral?
- 17 - Qual Instituição ou órgão público oferece alimentação para a escola?
- 18 - Onde e como são estocados estes alimentos?
- 19 - O que é feito com as sobras dos alimentos?

II - AMBIENTE FÍSICO

1 - A localização da escola é:

- zona residencial zona comercial
 zona industrial mista
 outra

2 - O tipo de rua é:

- terra pavimentada arborizada
 tranqüila iluminada
 com escoamento de águas pluviais

3 - Procedência da água que abastece a escola

- rede pública poço
 carro tanque outra:

4 - Há armazenamento em caixa d'água?

5 - Sua capacidade é suficiente para abastecer a escola?

- sim não Por que?

6 - Com que frequência é feita a limpeza da caixa?

7 - A água é tratada?

8 - A água consumida pelos alunos é filtrada?

9 - Há bebedouros ou torneiras? Quantos?

10 - A coleta de lixo é feita:

em latões em sacos plásticos outros

11 - Existe um local de depósito do lixo? Onde?

12 - A coleta pública é:

diária semanal Quantas vezes?

13 - Qual a destinação final do lixo?

enterrado incinerado jogado a céu aberto

Problemas.

14 - Como é o esgoto?

rede pública fossa Qual? outro:

Problemas.

15 - Existem vetores e roedores?

no prédio da escola? Quais? Onde?

nas adjacências? Quais?

Problemas.

16 - Quantas salas de aula existem?

17 - Quantos alunos por sala?

18 - Quantos banheiros existem? Quantas pias? Quantos chuveiros? São utilizados? Quando?

CARACTERÍSTICAS DE OUTRAS DEPENDÊNCIAS

Característica	Cozinha	Refeitório	Dispensa	Cantina	Banheiro
Localização					
Tipo de construção					
Revestimento na parede					
Piso					
Janelas					
Iluminação					
Conservação					
Limpeza					
Problemas					

19 - A Escola possui?

() Quadra Quantas? Coberta?

() Biblioteca Bibliotecária?

() Laboratório

() Auditório

() Pátio Coberto?

III - EDUCAÇÃO E SAÚDE

1 - Há alguma atividade sistematizada para conhecer o estado de saúde das crianças? Qual?

2 - No caso de um aluno adoecer na escola, que providências são tomadas?

- 3 - No caso de doença dos alunos, é dada alguma orientação aos pais ou responsável? Por quem?
- 4 - A escola fez teste de acuidade auditiva este ano? Em que séries?
- 5 - A escola fez teste de acuidade visual este ano? Em que séries?
- 6 - A escola tem dentista? Qual o programa desenvolvido?
- 7 - A escola tem médico?
- 8 - Quem dá atendimento de saúde aos alunos e professores?
- 9 - Os alunos faltam por problemas de saúde?
- 10 - Que problemas de saúde aparecem com mais frequência?
- 11 - A escola tem coordenador ou orientador de saúde?
- 12 - Em relação ao ensino de saúde, que atividades a escola tem programado?
- 13 - Há programa de ações coletivas em Saúde Bucal? (ações educativas, bochechos com flúor, escovação , etc.)
- 14 - Há programa educativo com relação à raiva (bovina/morcego), vetores (mosquitos) e roedores?
- 15 - É fornecida merenda ou refeição aos alunos?
- 16 - Quem prepara o cardápio? Recebe visita de nutricionistas?
- 17 - É fornecida refeição durante as férias?
- 18 - Quem abastece a escola quanto à alimentação?
- 19 - Onde e como é estocado este alimento?
20. O que é feito com as sobras?

IV - LAR - ESCOLA - COMUNIDADE

1 - A escola promove reuniões de pais e mestres (APM)?

Assuntos:

Periodicidade:

Frequência dos pais:

2 - A comunidade utiliza a escola para desenvolver programas? Quais?

3 - Para quais recursos da comunidade são encaminhados os escolares?

4 - É dada orientação aos pais em relação à saúde das crianças?

5 - A escola oferece cursos à comunidade? Quais?

Anexo 13 - Entrevista - Clínica Odontológica/PAS

Nome:

Idade:

Profissão:

Cargo/função:

Tempo no cargo:

- 1 - Desde quando existe esta Unidade? Houve planejamento para sua instalação?
- 2 - Que tipo de vínculo existe com a Secretaria da Saúde?
- 3 - Qual é a capacidade física instalada desta Unidade?
- 4 - Quais os serviços oferecidos à população? Em que horários?
- 5 - Qual o quadro de Recursos Humanos existente e o previsto para esta Unidade? E as jornadas de trabalho dos profissionais?
- 6 - Que tipos de vínculos empregatícios existem? Há diferença salarial entre eles?
- 7 - Como é o sistema de atendimento da Unidade? O atendimento limita-se à área de abrangência da Unidade?
- 8 - Há critérios de priorização para o atendimento odontológico?
- 9 - Existe coordenação em Saúde Bucal na Unidade?
- 10 - Como é a relação entre a clínica odontológica/coordenação em Saúde Bucal/Secretaria da Saúde?
- 11 - Como é o sistema de trabalho desenvolvido pela equipe de Saúde Bucal? Existem instrumentos de avaliação e controle? (Esterilização de materiais)
- 12 - A Equipe de Saúde Bucal realiza trabalhos grupais e/ou extra muro?
- 13 - Existe um modelo de atenção em Saúde Bucal englobando toda a equipe de Saúde Bucal do Município?

- 14 - Como é o fluxo de Referência e Contra-Referência da Unidade? Existem registros sobre os retornos dos encaminhamentos realizados?
- 15 - Como é feita a requisição e o abastecimento de materiais odontológicos da Unidade? Há almoxarifado local? Há padronização de materiais? Há distribuição de medicamentos? Como e por quem é realizada?
- 16 - Existe manutenção técnica dos equipamentos odontológicos? Como e por quem é realizado?

Anexo 14 - Entrevista - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Nome:

Sexo:

Cargo:

Tempo no cargo:

1 - Quando o Sindicato foi fundado?

2 - Quantos membros tem a diretoria?

3 - Quantos filiados tem a entidade?

4 - Como é organizado o trabalho interno do Sindicato?

comissões:

secretarias:

5 - Os filiados fazem parte destes trabalhos?

6 - A entidade é filiada a alguma central sindical? Qual?

7 - Na atual conjuntura qual é o maior problema do Sindicato?

8 - O plantio da cana de açúcar causam graves conseqüências aos trabalhadores (cortes, amputações, cegueiras, picada de cobra, problemas respiratórios advindos da queima da palha da cana). Como o sindicato tem enfrentado esses problemas?

9 - Os proprietários das fazendas fornecem e exigem Equipamentos de Proteção Individual?

10 - O sindicato tem algum Programa voltado para a Saúde do Trabalhador?

11 - Houve alguma alteração após a implantação do SUS?

- 12 - Qual é a condição de saúde da mulher que trabalha no campo nessa região?
- 13 - Na cultura da cana e mesmo do café é observado a presença de criança trabalhando?
- número:
- faixa de idade:
- 14 - Como o sindicato tem reagido a esse fato?
- 15 - A utilização de agrotóxico chega a ser um problema de saúde entre os trabalhadores rurais?
- 16 - Como é feito o atendimento dos trabalhadores que sofrem intoxicação por agrotóxico?
- 17 - O sindicato participa do Conselho Municipal de Saúde?
- 18 - A base dos trabalhadores do Sindicato tem conhecimento deste Conselho?
- 19 - Como se dá a relação do Sindicato dos Trabalhadores e o Sindicato Patronal?
- 20 - Na entre-safra quando fica o trabalho no campo. Para onde vão esses trabalhadores, o Sindicato tem algum controle?
- 21 - Como o Sindicato vê a mecanização no corte da cana? (essa pergunta deve ser feita por último devido a polêmica do assunto)

Anexo 15 - Entrevista - Sindicato Patronal

Nome:

Sexo:

Cargo:

1 - Quando a entidade foi fundada?

2 - Quantos membros compõem a diretoria?

3 - Quantos filiados tem a entidade?

4 - Quais são os principais cultivos da região?

5 - O cultivo da cana de açúcar causa graves problemas à saúde do trabalhador.

A entidade fornece Equipamentos de Proteção Individual aos trabalhadores?

Qual é a adesão ao uso?

6 - O uso de agrotóxicos tem apresentado à saúde do trabalhador, ao meio ambiente?

7 - Como é realizado o atendimento dos trabalhadores que sofrem intoxicação por agrotóxico?

8 - Quantos aos outros problemas de saúde do trabalhador, a entidade tem algum programa? E quanto a saúde da mulher trabalhadora?

9 - A entidade participa do Conselho Municipal de Saúde?

Sim. Qual é a avaliação?

Não. Por que?

10 - Há algum tempo tem sido registrado o emprego de crianças no mercado de trabalho. Nessa região existe o emprego de crianças na lavoura?

- 11 - Qual é a relação dessa entidade com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais?
- 12 - Há poucos meses os agricultores fizeram várias manifestações, inclusive em Brasília, reivindicando maiores investimentos para o setor. Qual foi o resultado desse movimento?
- 13 - Como a entidade vê a mecanização do corte da cana?

Anexo 16 - Entrevista - Lions/Rotary

nome:

Sexo:

Cargo:

1 - Quando foi fundada a entidade?

2 - Quantos membros compõem a diretoria? De que forma são eleitos?

3 - Quais as principais atividades que realizam?

4 - A população participa destas atividades?

5 - A entidade participa do CMS?

Se sim. Como tem sido a participação e avaliação

Se não. Por que não? Conhece? Comente.

Anexo 17 - Entrevista - Cia. de Força e Luz

Nome:

Sexo:

Cargo:

Tempo/cargo:

1 - Qual é a estrutura da CPFL?

2 - Quantos funcionários estão lotados nessa unidade?

3 - Quais são os serviços prestados pela CPFL em Cajuru?

4 - A demanda de consumo energia da cidade é totalmente atendida pela CPFL?

5 - Identifique alguns aspectos que contribuíram para o desenvolvimento do município e região.

6 - Esta unidade da CPFL está preparada adequadamente quanto a iminência de acidentes?

7 - Nesse sentido existe algum tipo de treinamento periódico dos seus funcionários em relação a este problema? Qual foi o índice encontrado de acidentes de trabalho no ano de 1994?

Anexo 18 - Entrevista com o Gerente da Sabesp

I - ÁGUA

1.1 - Assuntos Gerais

- a) Quando e através de que meios foi implantado o sistema?
- b) Qual o alcance do plano em termos de tempo e área atendida?
- c) Qual o % de população urbana atendida?
- d) Como é feita a cobrança pelo serviço?
- e) Existe tarifa diferenciada? Qual(is) o valor(es)?
- f) A receita tarifária cobre os custos do sistema?
- g) Há acompanhamento epidemiológico antes e após a implantação do sistema?
- h) Há órgão fiscalizador da qualidade da água distribuída? Se existem quais são?
- i) Quais os exames e análises e com que frequência são feitos a nível de distribuição?
- j) O senhor já sentiu algum interesse por parte do município para municipalizar tal serviço?
- k) Há por parte da Sabesp plano de abastecimento público rural?
- l) Quais as características básicas do(s) serviço(s) de água do distrito e áreas rurais?
- m) Alguma parcela da população urbana usa outra forma alternativa de água (poço particular, etc)?

1.2 - Manancial/Captação

- a) Qual(is) o(s) tipo(s)?
- b) Qual(is) a(s) vazão(ões) mínima(s)?
- c) Está(ão) situado(s) em área de proteção de mananciais (APA)?
- d) Está(ão) vulnerável(eis) à contaminação/poluição?
- e) Em caso de rio, há estrada vicinal margeando-o?
- f) Há monitoramento de DBO e OD?
- g) Quais as características físico-químicas/bacteriológicas da água bruta?
- h) No I.Q.A., qual a classe do(s) manancial(ais)?
- i) Como é feita a captação?

1.3 - Adição

- a) Há adutora de água bruta?
- b) Quais as características desta adução?
 - Volume aduzido
 - Equipamento
 - Diâmetro(s) da(s) adutora(s)
 - Extensão da(s) adutora(s)
 - Elevatórias(s)

1.4 - ETA

- a) Qual(is) o(s) tipo(s) de tratamento(s)?
- b) Como é feito(s) esse(s) tratamento(s)?
- c) Qual a eficiência do(s) tratamento(s)?

- d) Quais as características físico-químicas/bacteriológicas da água após o tratamento?
- e) Há fluoretação da água? Em caso afirmativo - existe sistema de vigilância de flúor (SABESP/Secretaria de Saúde, CETESB)? Em que fase ocorre a adição de flúor no processo de tratamento?

1.5 - Reservação

- a) Através de reservatório elevado ou booster?
- b) Qual o volume do(s) reservatório(s)?

1.6 - Distribuição

- a) Extensão da rede.
- b) Número de Ligações:
- domiciliares
 - comerciais
 - públicas
 - industriais
- c) Qual o % de medição (hidrômetros)?
- d) Há situação contínua ou há problemas de fornecimento?

II - ESGOTO

- a) Qual o % da população urbana é atendida com rede coletora?
- b) Número de ligações:
- domiciliares
 - comerciais
 - públicas
 - industriais
- c) Qual o 5 de:
- coleta
 - afastamento
 - tratamento
- d) Há cadastro das redes existentes?
- e) Qual é o tipo de tratamento?
- f) Onde são lançados os esgotos tratados?
- g) Que soluções individuais são adotadas para os esgotos/efluentes industriais não tratados?
- h) Os recursos materiais e humanos são suficientes para bem atender do sistema?
- i) Há problemas ambientais (odor, insetos nas áreas de tratamento/lançamento dos esgotos/efluentes industriais)? Em caso positivo: Que medidas estão sendo tomadas para eliminar ou minimizar tal impacto?
- j) Em que condições são lançados os efluentes industriais na rede coletora? Há tratamento?
- k) A receita tarifária cobre os custos operacionais do sistema?

- l) No distrito e zona rural como se dá o problema dos esgotos domésticos/efluentes de destilarias?
- m) Há projetos com vistas a melhorar o esgotamento doméstico/industrial da área urbana e sobretudo rural?
- n) Há tratamento para os efluentes do matadouro público?
- o) E os efluentes do hospital e dos demais serviços de saúde? Lançado junto com os efluentes industriais e esgoto domiciliar.

Anexo 19 - Entrevista com Diretor da Escola**I - IDENTIFICAÇÃO**

Del. Ensino: _____/_____/_____

Nome: _____ Cargo: _____ Sexo: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

1 - Número de alunos (total):

2 - Número de alunos por período: M: _____ T: _____ N: _____

3 - Quantos alunos por sala de aula (média)?

4 - Quantos professores?

5 - Número de funcionários:

limpeza:

refeitório:

cantina:

outros:

6 - Quais as metodologias usadas em sala de aula pelos professores?

7 - Como ocorre a avaliação dos alunos

8 - Qual o índice de evasão? Porque ela ocorre?

9 - Qual o índice de repetência? Em que série ela ocorre com maior frequência?

Por que ela ocorre?

10 - Há crianças e jovens em idade escolar fora da escola?

- 11 - As crianças (1ª a 4ª séries) que não acompanham o conteúdo escolar recebem alguma orientação específica?
- 12 - Poderia citar algumas dificuldades apresentadas por estes alunos?
- 13 - Diante das dificuldades apresentadas, que propostas são desencadeadas pela equipe pedagógica?
- 14 - Que relação a escola mantém com outros órgãos da Prefeitura ou entidades particulares?

II - AMBIENTE FÍSICO

1 - A localização da escola é:

- zona residencial zona comercial
 zona industrial mista
 outra

2 - O tipo de rua é:

- terra pavimentada arborizada
 tranqüila iluminada
 com escoamento de águas pluviais

3 - Procedência da água que abastece a escola

- rede pública poço
 carro tanque outra:

4 - Há armazenamento em caixa d'água?

5 - Sua capacidade é suficiente para abastecer a escola?

- sim não Por que?

6 - Com que frequência é feita a limpeza da caixa?

7 - A água é tratada?

8 - A água consumida pelos alunos é filtrada?

9 - Há bebedouros ou torneiras? Quantos?

10 - A coleta de lixo é feita:

em latões em sacos plásticos outros

11 - Existe um local de depósito do lixo? Onde?

12 - A coleta pública é:

diária semanal Quantas vezes?

13 - Qual a destinação final do lixo?

enterrado incinerado jogado a céu aberto

Problemas.

14 - Como é o esgoto?

rede pública fossa Qual? outro:

Problemas.

15 - Existem vetores e roedores?

no prédio da escola? Quais? Onde?

nas adjacências? Quais?

Problemas.

16 - Quantas salas de aula existem?

17 - Quantos alunos por sala?

18 - Quantos banheiros existem? Quantas pias? Quantos chuveiros? São utilizados? Quando?

CARACTERÍSTICAS DE OUTRAS DEPENDÊNCIAS

Característica	Cozinha	Refeitório	Despensa	Cantina	Banheiro
Localização					
Tipo de construção					
Revestimento na parede					
Piso					
Janelas					
Iluminação					
Conservação					
Limpeza					
Problemas					

19 - A Escola possui?

- () Quadra Quantas? Coberta?
 () Biblioteca Bibliotecária?
 () Laboratório
 () Auditório
 () Pátio Coberto?

III - EDUCAÇÃO E SAÚDE

- 1 - O Ensino da Saúde Escolar está incluído no plano global da escola? Por que?
- 2 - Caso não esteja, a escola oferece orientação em relação à saúde?
- 3 - Como o(a) sr.(a) considera o ensino da saúde?
- 4 - Quem ministra aulas sobre saúde escolar? Tem preparação especial? Qual?
- 5 - A escola adota livro texto sobre saúde? Qual?

6 - A escola tem recebido impressos sobre saúde?

Fonte:

São multiplicados pela escola?

São distribuídos aos professores e alunos?

São distribuídos aos pais?

7 - Há alguma atividade sistematizada para conhecer o estado de saúde das crianças? Qual?

8 - No caso de um aluno adoecer na escola, que providências são tomadas?

9 - No caso de doença dos alunos, é dada alguma orientação aos pais ou responsável? Por quem?

10 - A escola fez teste de acuidade auditiva este ano? Em que séries?

11 - A escola fez teste de acuidade visual este ano? Em que séries?

12 - A escola tem dentista? Qual o programa desenvolvido?

13 - A escola tem médico?

14 - Quem dá atendimento de saúde aos alunos e professores?

15 - Os alunos faltam por problemas de saúde?

16 - Que problemas de saúde aparecem com mais frequência?

17 - A escola tem coordenador ou orientador de saúde?

18 - Em relação ao ensino de saúde, que atividades a escola tem programado?

19 - Há programa de ações coletivas em Saúde Bucal? (ações educativas, bochechos com flúor, escovação, etc.)

20. Há programa educativo com relação à raiva (bovina/morcego), vetores (mosquitos) e roedores?

- 21 - Há programas referentes à educação sexual?
- 22 - Há problemas de drogas e violência na escola?
- 23 - Como a equipe escolar tem orientado seus alunos diante destes problemas?
- 24 - Houve ou há casos de gestação de adolescente?
- 25 - É fornecida merenda ou refeição aos alunos?
- 26 - Quem prepara o cardápio? Recebe visita de nutricionistas?
- 27 - É fornecida refeição durante as férias?
- 28 - Quem abastece a escola quanto à alimentação?
- 29 - Onde e como é estocado este alimento?
30. O que é feito com as sobras?

IV - LAR - ESCOLA - COMUNIDADE

- 1 - A escola promove reuniões de pais e mestres (APM)?

Assuntos:

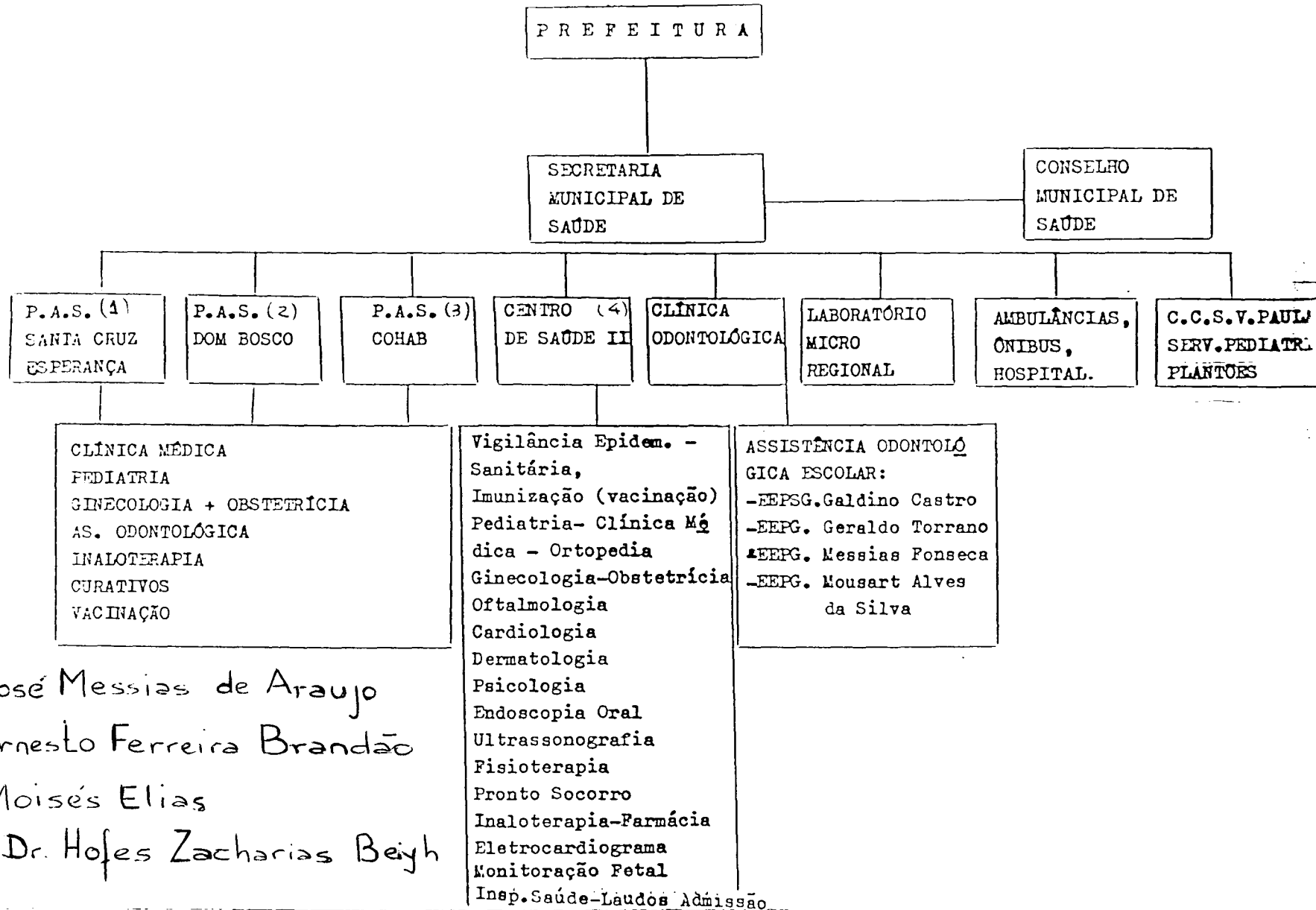
Periodicidade:

Frequência dos pais:

- 2 - A comunidade utiliza a escola para desenvolver programas? Quais?
- 3 - Para quais recursos da comunidade são encaminhados os escolares?
- 4 - É dada orientação aos pais em relação à saúde das crianças?
- 5 - A escola oferece cursos à comunidade? Quais?
- 6 - Qual a frequência dos pais junto ao Conselho de Escola?
- 7 - O Conselho de Escola tem desenvolvido seus objetivos? Quais?

V - CLASSES ESPECIAIS

- 1 - Há classes especiais nesta escola?
- 2 - Em que período funcionam?
- 3 - Quantos alunos há em cada classe?
- 4 - Qual a idade destes alunos?
- 5 - Qual a procedência destes alunos?
- 6 - O que caracteriza para você um aluno especial?
- 7 - Quais os critérios utilizados para encaminhar o aluno para uma classe especial?
- 8 - Que tipo de profissional atua com estes alunos?
- 9 - O professor da classe é um especialista?
- 10 - Os alunos recebem atendimento médico?
- 11 - Com que frequência este atendimento ocorre?
- 12 - Que tipo de atendimento é oferecido?
- 13 - Qual a metodologia utilizada em sala de aula?
- 14 - Qual a metodologia utilizada no processo de avaliação?
- 15 - Têm ocorrido muitas retenções?
- 16 - Qual o índice de evasão?
- 17 - Qual o índice de desistência?
- 18 - Como se caracterizam as deficiências destas crianças?
- 19 - As crianças que necessitam de reforço podem, eventualmente, serem encaminhadas para a classe especial?



1. PAS José Messias de Araujo
2. PAS Ernesto Ferreira Brandão
3. PAS Moisés Elias
4. CSI Dr. Hofes Zacharias Beih

Anexo 21 - Cobertura vacinal contra raiva canina

COBERTURA VACINAL CONTRA RAIVA CANINA				
MUNICIPIOS \ ANO	1992	1993	1994	1995
RIBEIRAO PRETO	50.87	72.57	48.10	55.10
ALTINOPOLIS	88.61	96.53	83.00	64.60
BARRINHA	191.22	99.27	91.60	100.20
BATATAIS	86.34	67.61	54.90	107.20
BRÓDOWSKI	50.84	80.38	56.60	84.90
CAJURU	80.75	77.50	84.20	133.90
CASSIA DOS COQUEIROS	169.62	50.37	236.00	251.90
CRAVINHOS	94.60	118.25	105.80	127.20
DUMONT	97.00	124.00	86.90	205.00
GUARIBA	68.71	75.03	86.50	94.50
GUATAPARA	0.00	59.06	98.70	157.70
JABOTICABAL	105.44	129.77	131.00	146.40
JARDINOPOLIS	145.75	146.83	102.60	66.30
LUIZ ANTONIO	165.20	178.40	127.50	307.10
MONTE ALTO	67.17	92.30	68.00	70.90
PITANGUEIRAS	113.00	129.65	128.00	257.10
PONTAL	67.63	61.13	73.40	133.50
PRADOPOLIS	117.85	98.97	89.30	103.90
SANTA ROSA VITERBO	77.00	105.78	102.40	104.70
SANTO ANTONIO ALEGRIA	66.11	71.77	115.90	77.60
SÃO SIMÃO	117.27	136.27	108.20	164.50
SERRA AZUL	23.82	53.19	22.30	17.20
SERRANA	40.86	64.13	61.70	70.10
SERTÃOZINHO	32.80	49.89	48.30	78.80
COBERTURA - ERSA-50	72.95	83.28	68.10	85.30

RAIV_3

Amostras para pesquisa virus da Raiva

1992 = 33 AMOSTRAS

- Ribeirao Preto
- 22 - canina
- 02 - felina
- 03 - morcego

Jaboticabal

- 02 - bovina
- 02 - canina
- 02 - felina

1993 = 28 AMOSTRAS

- Altinopolis = 01
- Cassia dos Coqueiros = 01
- Cravinhos = 01
- Dumont = 01
- Jaboticabal = 04
- Ribeirao Preto = 20

1994 = 24 AMOSTRAS

- Altinopolis = 03
- 01 - canina
- 02 - bovina (1 posit.)
- Cajuru = 05
- 02 - bovino
- 03 - morcego

- Jaboticabal = 06

- 04 - canina
- 01 - bovino
- 01 - outra

- Jardinopolis = 02

- 02 - bovino

- Ribeirao Preto = 63

- 46 - canina
- 07 - felina
- 01 - bovina
- 06 - morcego
- 01 - outra

1995 = 640 AMOSTRAS

- Ribeirao Preto = 622
- 42 - positivas

- Região = 19 (03 Municipios)

- 17 - negativas
- 01 - bovina positiva Cajuru

Anexo 22 - Publicação Técnica - Centro de Controle de Zoonoses

PUBLICAÇÃO TÉCNICA**MODULAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE CONTROLE DE ZOONOSES
EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE HABITANTES DO MUNICÍPIO (1)**

Carneu Silvia Maluf (2)
Helena de Paula R. Machado (3)

Este trabalho, embora seja dirigido a médicos veterinários, gerentes do serviço de controle de zoonoses, tem como finalidade orientar aqueles que não estejam intimamente ligados as atividades e rotinas de um centro de controle de zoonoses, seja este o arquiteto que vai projetá-lo ou o governante responsável pela administração em que ocorre a implantação do mesmo.

As diretrizes que nortearam o seu desenvolvimento foram extraídas da rotina diária de nossas atividades no Centro de Referência Nacional para Zoonoses Urbanas (CCZ/SP), da vivência em assessoramentos para implantação deste serviço em vários municípios e da constatação das dificuldades comuns encontradas em quase todos os municípios atendidos.

Baseados nisto, detectamos dois fatores básicos para o pré-dimensionamento de um centro de controle de zoonoses:

1. O número de habitantes da comunidade;
2. O tipo de serviço a ser prestado a esta comunidade.

Quanto ao primeiro, convencionou-se dimensionar três diferentes níveis demográficos.

- a) NÍVEL I - até 1.000.000 habitantes,
- b) NÍVEL II - 1.000.000 a 5.000.000 habitantes,
- c) NÍVEL III - acima de 5.000.000 habitantes.

Quanto ao segundo, somente uma análise das zoonoses incidentes no município, a definição de prioridades e a avaliação da disponibilidade de recursos financeiros, humanos e materiais, definiria os tipos de serviços necessários e a sequência de sua implantação.

Definidos os parâmetros básicos, elaboramos o organograma de cada um dos níveis demográficos propostos:

- Anexo 1: organograma nível I;
Anexo 2: organograma nível II;
Anexo 3: organograma nível III.

ESTUDO DE CASO

Uma vez estruturados os três organogramas, optamos pelo do nível II para apresentação de estudo e determinação de um programa de áreas físicas mínimas necessárias para o desenvolvimento das atividades relacionadas na estrutura orgânica.

PROGRAMA BÁSICO NÍVEL II**Área Administrativa**

- . diretoria
- . secretaria
- . expediente e pessoal
- . contabilidade
- . xerox
- . copa
- . sala de médicos veterinários
- . epidemiologia e estatística
- . educação em saúde
- . assistência social
- . reunião
- . WC masculino e feminino

(1) Trabalho apresentado no II Congresso Brasileiro de Zoonoses, em Porto Alegre/RS, outubro de 1989

(2) Arquiteto do Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo/SP

(3) Engenheiro Civil do Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo/SP



10

estacionamento viaturas, público e funcionários

de técnicos de controle de operações
de agentes de controle de zoonoses
ários masculino e feminino

Definido o programa, desenvolvemos o organograma específico do nível II (anexos 4 a 9), esboçando-o até o âmbito de áreas de atuação.

ção
ria
za
arificado
to de material de uso diário
to de ração
to de máquinas e utensílios

ESCOLHA DO TERRENO

de público

A escolha de um terreno para implantação de um Centro de Controle de Zoonoses está diretamente dependente das necessidades diagnosticadas e da disponibilidade real de recursos do Município.

ção e protocolo
fonista

São quatro os aspectos de importância a considerar quando da seleção de áreas que atenda as finalidades dos serviços a serem desenvolvidos:

ção
na e registro
a
masculino e feminino

1. **Localização:** evitar áreas centrais ou aquelas que se demonstrem em fase de expansão com índices populacionais ascendentes, pois, as atividades próprias da unidade desencadeariam problemas e transtornos tais como riscos à saúde pública, sons e odores desagradáveis à vizinhança e outros correlatos.

de Animais

Deve-se prever local de acesso facilitado por vias públicas e transporte coletivo a fim de propiciar possibilidades de atendimento pessoal a interessados nas prestações de serviço propostas e apresentação de funcionários.

al coletivo
al individual
tos animais
ifício
rôpsia

2. **Vias de acesso:** favorecer o trânsito de veículos oficiais e particulares, assim como de viaturas de médio e grande porte destinadas ao transporte de animais mercadorias e equipamento.

Laboratório

3. **Topografia:** optar por um terreno com topografia plana, uma vez que a Unidade deve dispor de uma área para circulação externa que constitui fração representativa do complexo devido ao acesso e manobras de veículos específicos para transporte de animais, entregadores de produtos necessários e outros.

anistração e recepção
arário com wc masculino e feminino

Terrenos com declives acentuados implicam num aumento de área externa de circulação a fim de vencer os desníveis sem dificultar as manobras e sem provocar desgastes nas viaturas.

ia
oxarificado
biologia
terologia
biologia
asitologia
roscopia e sala escura
ectorio
agea
terio

Terrenos acidentados comprometeriam o planejamento quanto a racionalização de fluxo de pessoal e andamento das atividades.

Área Complementar

Estes terrenos imporiam a necessidade de maiores recursos financeiros pois exigem movimentação de terra, seu escoramento através de muros de contenção e um

aritas
ixa d'água
bine de força

CCZ

ativo nas fases de projetos, fundações e

A área desenvolver os projetos atentando para a relação entre áreas livre e ocupada que não se aplicam aos projetos rotineiros de arquitetura e importante prever necessidades de ampliação na maior disponibilidade de área mínima de terreno, especificidades do projeto

ÁREA MÍNIMA DO TERRENO

O desenvolvimento e a análise de projetos de construção de Centros de Controle de Zoonoses, com sede em locais de diferentes características e prioridades, tiveram depreender as extensões mínimas de área que atendessem os três níveis demográficos

Área Mínima do Terreno.

- a) Nível I - 2.000 m²
- b) Nível II - 7.000 m²
- c) Nível III - 22.000 m²

A estimativa desses valores mínimos emergiu da análise de que eventuais mudanças estruturais recairiam sobre a construção de unidades devido ao incremento de atividades e desenvolvimento de novos setores de apoio e

Identificamos o risco de que áreas de menores dimensões acarretavam desmembramento de atividades afins, incompatibilidade das instalações gerais à demanda real, o que em maiores custos financeiros, face as necessidades necessárias e inviabilizando todo o projeto ou seu rendimento

Ocupação do Terreno

Os critérios de ocupação de área se mantêm para os Centros de Controle de Zoonoses de qualquer município, independente do nível demográfico em que se enquadre

Diante das constatações obtidas nos estudos ficou evidenciado que cerca de 60% da área do terreno destinado à construção de um Centro de Controle de Zoonoses reserva-se à circulação externa e projetos

A circulação externa pressupõe deslocamento e

manobras de viaturas, além do trânsito de pedestres constituídos por usuários e funcionários da Unidade.

Sob o aspecto do paisagismo, convém ressaltar sua importância como mecanismo de solução nos impasses ligados a poluição sonora, visual e do ar, determinadas por ruídos e manejo de animais, preservando a privacidade necessária ao desenvolvimento dos serviços.

Além destes 60%, mais 10% da área total do terreno se destina a estacionamento, sendo a maior parte deste reservada às viaturas oficiais. As vagas restantes serão destinadas a veículos particulares.

Apenas 15% da área total será destinada à construção inicial, devendo abrigar todo programa definido anteriormente

Os 15% restantes estarão reservados às ampliações futuras, porém, já dentro de uma previsão geral segundo critérios pré-estabelecidos para cada área.

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA OCUPADA

Os critérios de distribuição da área construída em relação aos diversos setores que compõem um Centro de Controle de Zoonoses variam para cada nível demográfico.

Para melhor compreensão deste fato elaboramos um gráfico da relação entre o crescimento populacional, as construções iniciais, as ampliações necessárias e as instalações finais de cada nível (anexo 11), de onde podemos extrair os seguintes valores absolutos.

NÍVEL I	CONST. INICIAL	AMPLIAÇÃO	CONST. FINAL
(áreas)	(m ²)	X	(m ²)
PÚBLICO	20	100	40
OPERACIONAL	60	50	90
ADMINISTRATIVA	70	140	170
ANIMAIS	150	100	300
LABORATÓRIO	-	-	-
CRECHE	-	-	-
TOTAL			
CONSTRUÍDO	300	-	600



NÍVEL II CONST. INICIAL (m ²)	AMPLIAÇÃO %	CONST. FINAL (m ²)	
LÍCO	80	25	100
RACIONAL	160	56	250
ADMINISTRATIVA	260	60	416
ANIMAIS	390	178	1.064
LABORATÓRIO	160	56	250
ECHE	-	-	-
TOTAL CONSTRUÍDO	1.050	-	2.100

NÍVEL III CONST. INICIAL (m ²)	AMPLIAÇÃO %	CONST. FINAL (m ²)	
LÍCO	200	100	400
RACIONAL	650	115	1.400
ADMINISTRATIVA	500	100	1.000
ANIMAIS	1.500	100	3.000
LABORATÓRIO	400	50	600
ECHE	50	300	200
TOTAL CONSTRUÍDO	3.300	-	6.600

FLUXOS

A implantação das áreas destinadas a abrigar as atividades acima citadas é determinada pela

característica dos serviços desenvolvidos no CCZ e a necessidade de privacidade para sua execução garantindo um fluxo harmônico de servidores, animais, público e viaturas.

O conflito entre estes fluxos, gerado por uma implantação errada ou mal pensada, acarretaria problemas práticos e operacionais quase sempre irrecuperáveis, inviabilizando todo um complexo construído especificamente para este fim.

No anexo 12 temos um exemplo de implantação de um CCZ-NÍVEL II segundo os parâmetros desenvolvidos neste trabalho, salientando-se os fluxos para público e animais possíveis no sistema.

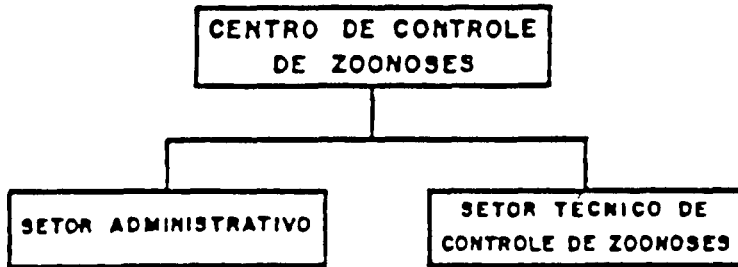
Observa-se que se evitou o cruzamento entre o fluxo de animais com as demais atividades, assim como o limite de acesso do público nas instalações do CCZ.

CONCLUSÃO

Não bastaria, pois, edificar as instalações para um Centro de Controle de Zoonoses levando em conta somente o aspecto construtivo ou o detalhamento técnico para desenvolver este tipo de atividade. Se o complexo não for pensado como um todo, com a finalidade de atender a uma comunidade específica, com suas exigências, necessidades e características próprias, seu projeto poderia ser simplesmente um modelo padrão a ser repetido em qualquer município, onde não importaria o tamanho da população e menos ainda suas prioridades e a implantação dos programas necessários para combater as zoonoses incidentes na região.

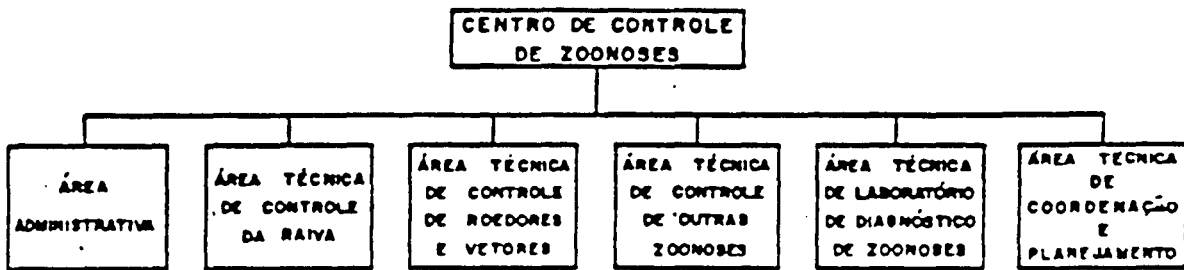
Somente um planejamento adequado (baseado no número de habitantes de uma comunidade e na definição dos programas a serem desenvolvidos), resultaria num bom pré-dimensionamento para um Centro de Controle de Zoonoses que, por sua vez, deve atender as necessidades da rotina e fluxos dos serviços com a implantação das unidades no terreno, a fim de tornar viável e principalmente prática, a operacionalização das atividades.

NÍVEL I



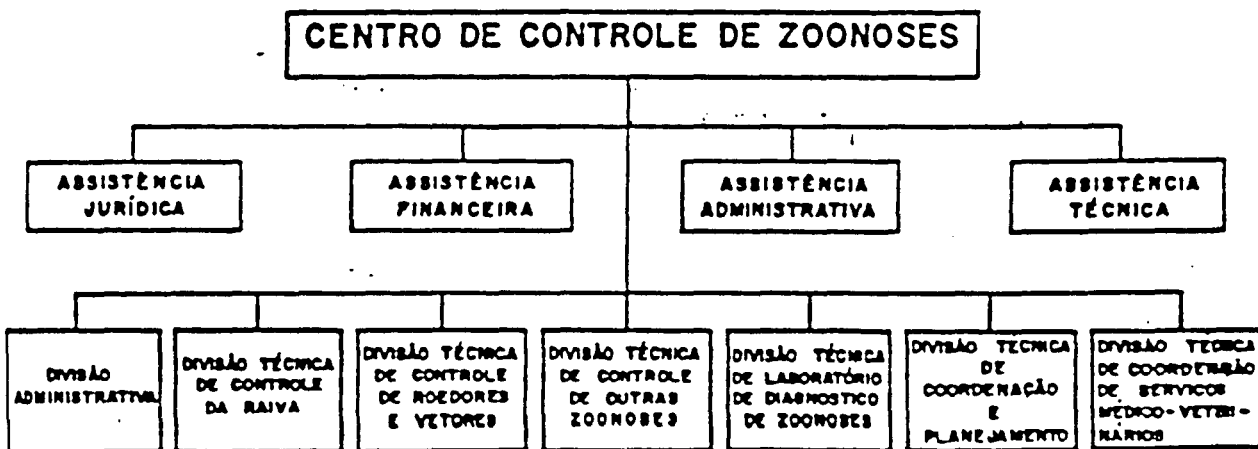
ANEXO 1

NÍVEL II

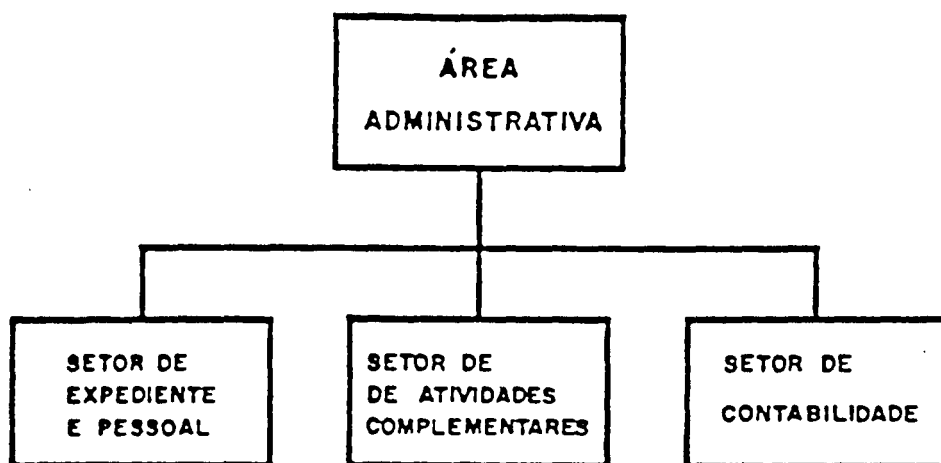


ANEXO 2

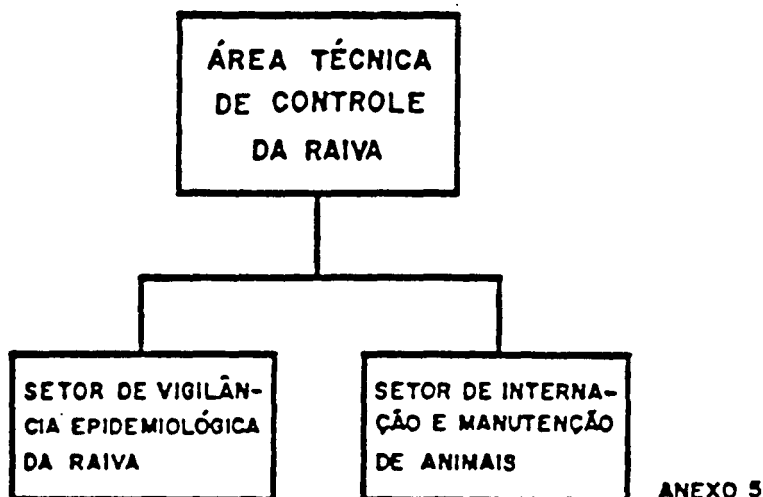
NÍVEL III



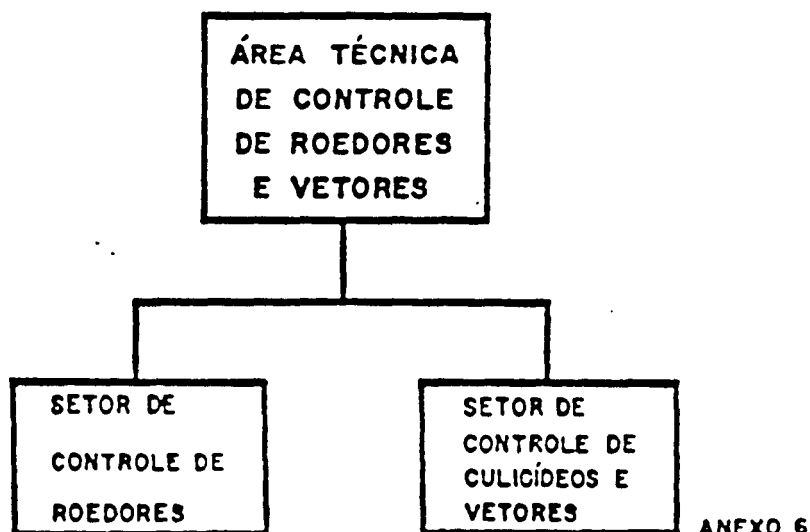
ANEXO 3



ANEXO 4

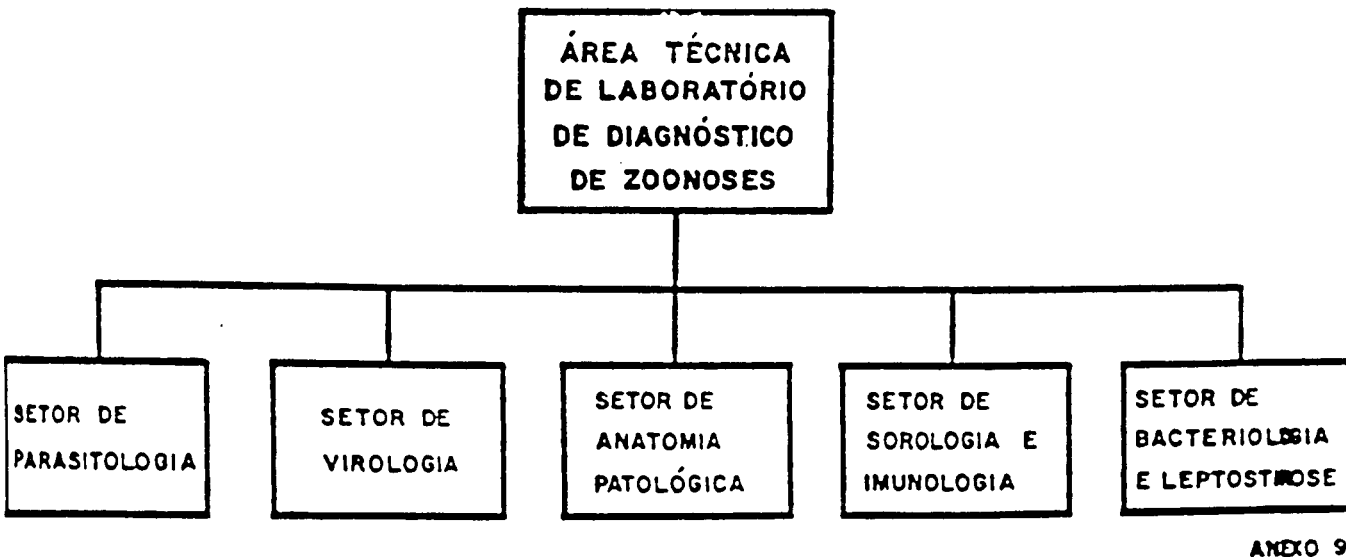
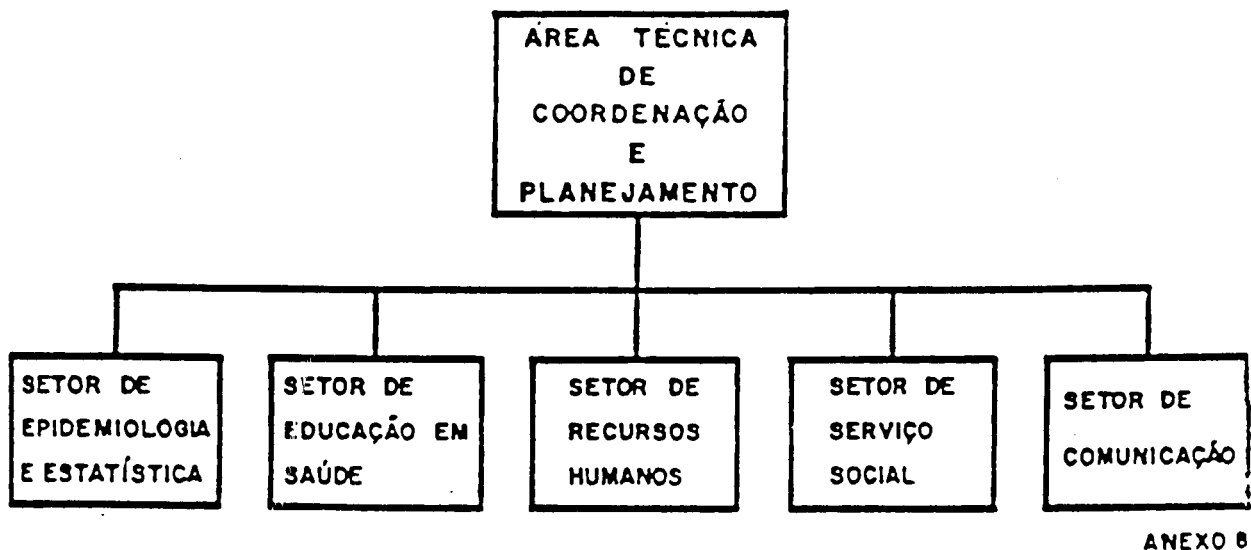
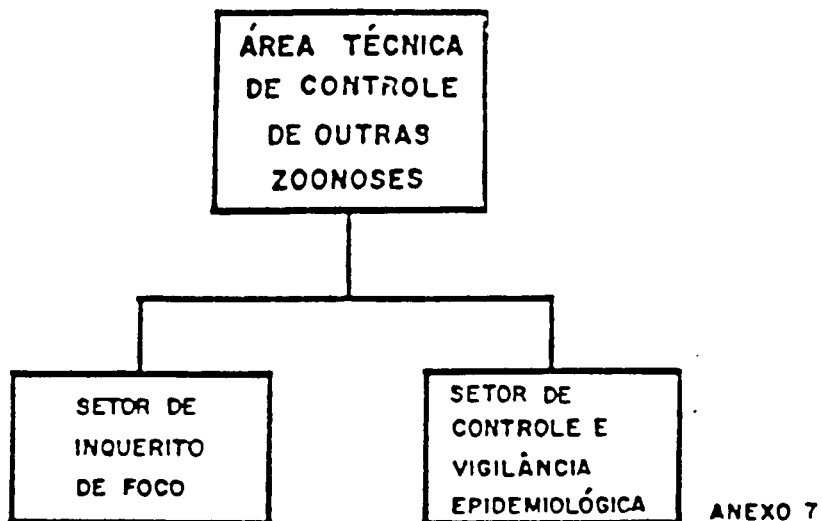


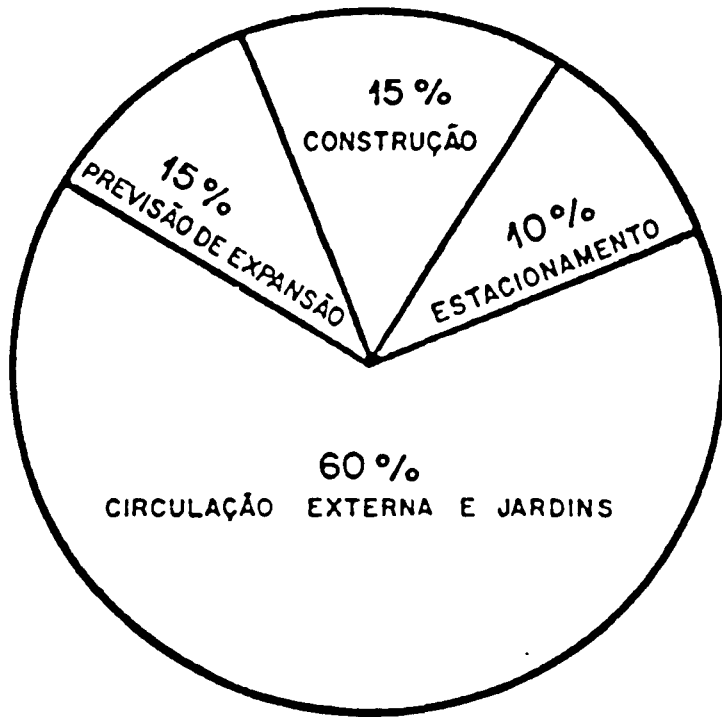
ANEXO 5



ANEXO 6

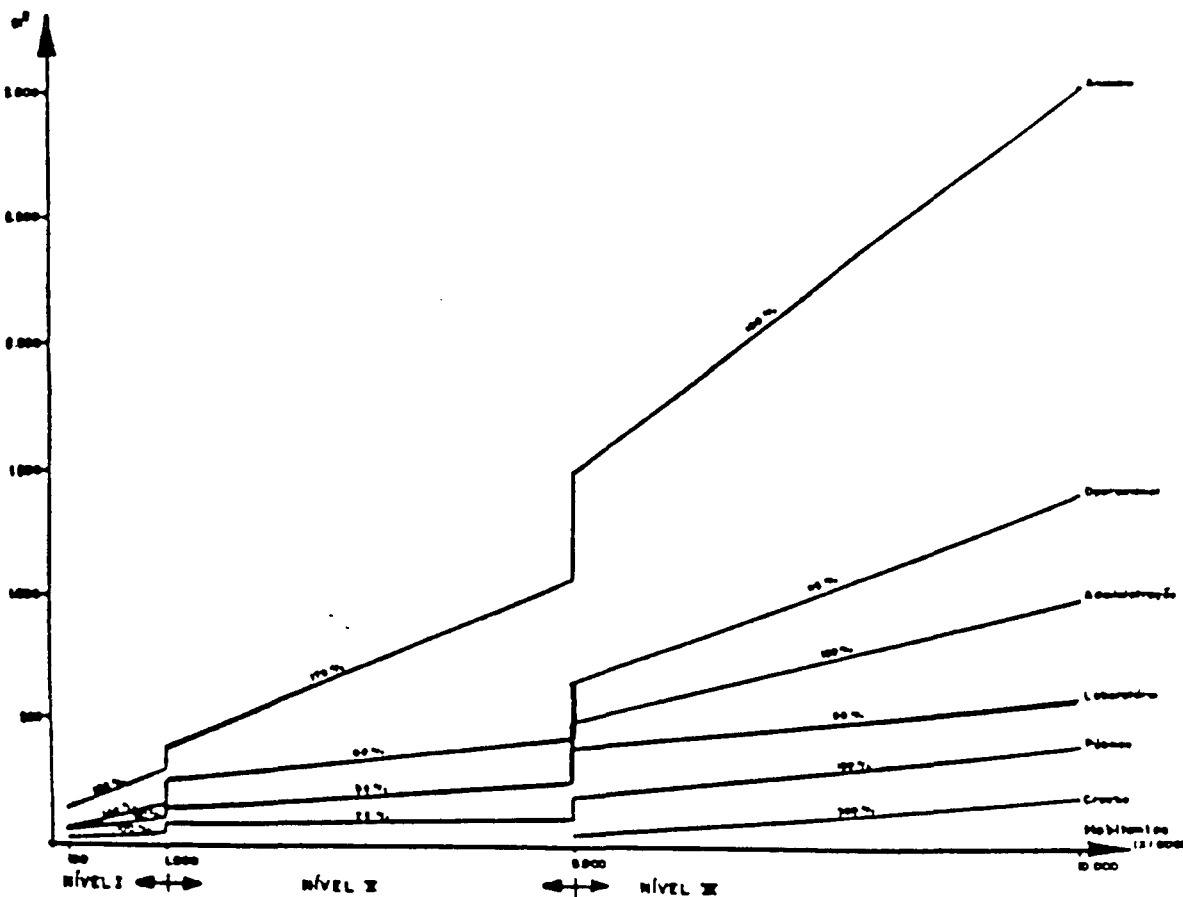
CCZ



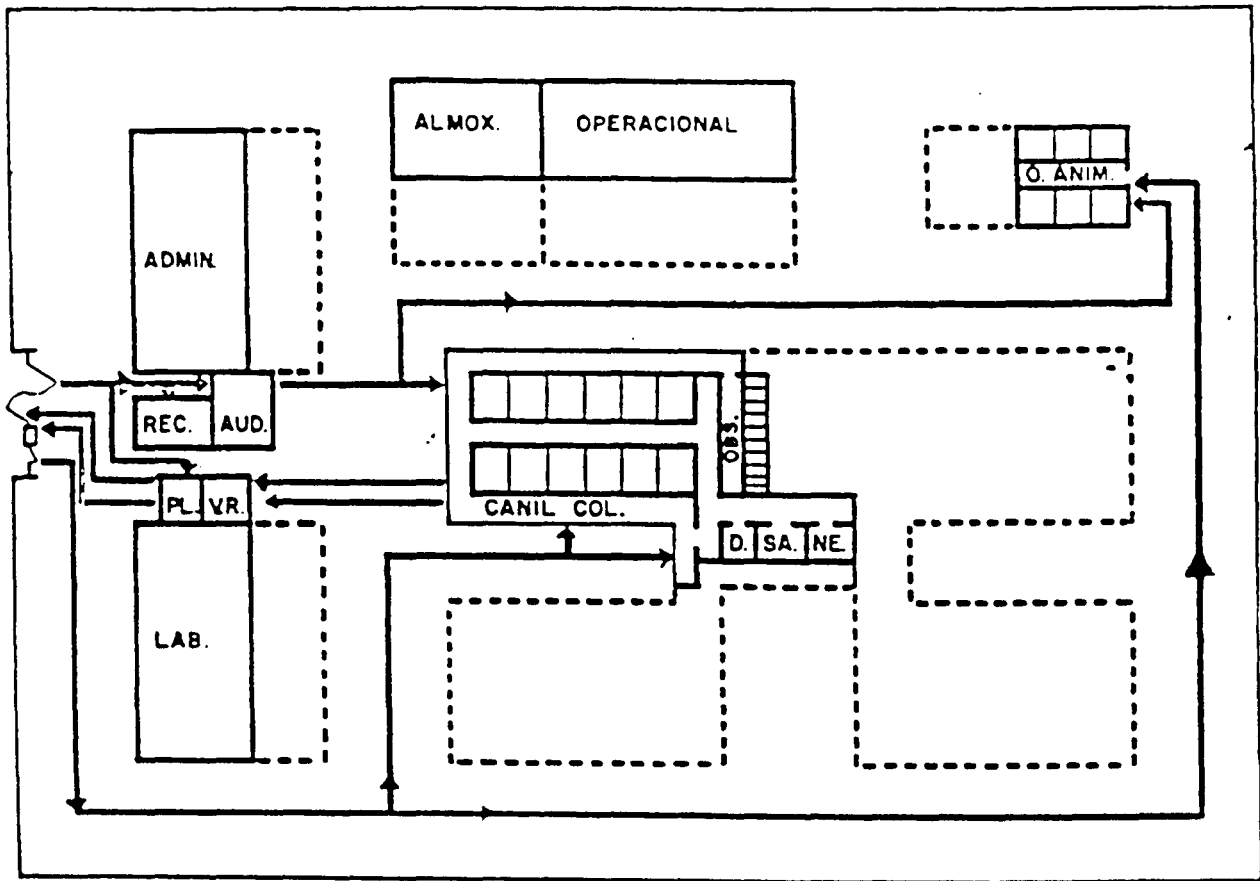


TERRENO

ANEXO 10



RELAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO POPULACIONAL E AS INSTALAÇÕES NECESSÁRIAS AO C.C.Z. ANEXO 11



FLUXOS - C.C.Z. NÍVEL II

- LEGENDA
- ANIMAIS
 - - - PÚBLICO
 - ... CONST. INICIAL
 - ... AMPLIAÇÃO

ANEXO 12

Anexo 25 - Ficha de Referência de Pacientes

SUDS - SP
SISTEMA UNIFICADO E
DESCENTRALIZADO DE
SAÚDE DO EST. SÃO
PAULO - RIB. PRETO

Ficha de Referência de Pacientes

MAIS SAÚDE

Carimbo da Unidade.....

Nome: _____

Nº de Registro na Unidade de Origem: _____ Data de Nasc. _____ Sexo: _____

Nome do Responsável: _____ Grau de Parentesco: _____

Endereço: _____ Nº: _____

Bairro: _____ Município: _____

Motivo do Encaminhamento: _____

Resultados de Exames: _____

Hipótese Diagnóstica: _____

Observações: _____

Data ____/____/____

Nome Completo ou Carimbo

Assinatura - CRM Nº

Anexo 26 - Questionário Informativo da Área de Saúde Bucal

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
 ESCRITÓRIO REGIONAL DE SAÚDE DE RIBETEIRÃO PRETO - ERSA.50

AZ
 CAJURÓ

QUESTIONÁRIO INFORMATIVO DA ÁREA DE SAÚDE BUCAL.

1 - AÇÕES COLETIVAS EM SAÚDE BUCAL

1.1. FLUORETAÇÃO DAS ÁGUAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

POPULAÇÃO TOTAL 35.000 habit.

POPULAÇÃO ZONA URBANA 30.000 habit.

POPULAÇÃO ZONA RURAL 5.000 habit.

COMPANHIA DE ABASTECIMENTO S.A.B.E.S.P.

POPULAÇÃO SERVIDA PELA REDE DE ABASTECIMENTO 98% urbana

1. A ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO:

1.1 () NÃO TEM FLÚOR

1.2 () TEM APENAS FLÚOR NATURAL (*)

1.3 () TEM FLÚOR NATURAL E FLÚOR ADICIONADO (*)

1.4 (X) TEM APENAS FLÚOR ADICIONADO

(*) DEFINIR A POPULAÇÃO QUE USA ÁGUA COM FLÚOR NATURAL:

ZONA URBANA OU RURAL; Nº DE INDIVÍDUOS, TEOR NATURAL DETECTADO

Não tem dado nem análise

2. OS TEORES DO FLÚOR: ()

2.1 (X) SÃO CONTROLADOS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO APENAS PELA COMPANHIA DE ABASTECIMENTO

2.2 () SÃO CONTROLADOS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO PELA COMPANHIA DE ABASTECIMENTO E PELA SECRETARIA DE SAÚDE

2.3 () SÃO CONTROLADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DE ANÁLISE DE AMOSTRAS COLETADAS PERIODICAMENTE EM TORNEIRAS DA REDE

2.4 () QUAL A PERIODICIDADE? Semanal (2 vezes)

A-23.2

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ESCRITÓRIO REGIONAL DE SAÚDE DE RIBEIRÃO PRETO - ERSA.50

3. O MÉTODO UTILIZADO PARA AFERIÇÃO DOS TEORES DE FLÚOR É: ()
- 3.1 () POTENCIOMÉTRICO
- 3.2 () COLORIMÉTRICO
4. A CONCENTRAÇÃO MÉDIA DE FLÚOR VERIFICADA MENSALMENTE É DE: ()
- 4.1 () 0,1 a 0,5 ppm DE FLÚOR
- 4.2 () 0,6 a 0,8 ppm DE FLUOR
- 4.3 () 0,9 a 1,2 ppm DE FLÚOR
- 4.4 () ACIMA DE 1,2 ppm DE FLÚOR
5. O TEMPO DE FLUORETAÇÃO, SEM INTERRUPÇÃO POR MAIS QUE 3 MESES, É DE:
- 5.1 () MAIS QUE 10 ANOS ()
- 5.2 () DE 5 A 10 ANOS
- 5.3 () DE 2 A 5 ANOS
- 5.4 () MENOS QUE 2 ANOS

OBSERVAÇÃO: Uma infarmacia da Sakerp a qual
tambem e feita a referençã pela
Atesb

6. A POPULAÇÃO NÃO SERVIDA PELA REDE DE ABASTECIMENTO PÚBLICO: ()
- 6.1 () USA ÁGUA DE POÇOS
- 6.2 () USA ÁGUA DE FONTES NATURAIS
- 6.3 () USA ÁGUA DE CAMINHÕES PIPA

7. HÁ INTERESSE E/OU ESTUDOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE FLUORETAÇÃO NO ANO EM CURSO OU ATÉ O FINAL DO MANDATO DO ATUAL PREFEITO?

fa' existe fluoretaçã pela Sakerp. ()

A-233

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ESCRITÓRIO REGIONAL DE SAÚDE DE RIBEIRÃO PRETO - ERSR.50

1.2. PROCEDIMENTOS COLETIVOS

1. GRUPOS POPULACIONAIS DO MUNICÍPIO RECEBEM OS BENEFÍCIOS DOS PROCEDIMENTOS COLETIVOS? (Sim)

2. NO CASO DAS AÇÕES NÃO TEREM SIDO IMPLEMENTADAS, HÁ ESTUDOS OU INTERESSE EM INICIÁ-LAS AINDA NO DECORRER DESTES ANOS? (Sim) todas escalas da pré-escala

3. QUANTOS INDIVÍDUOS ESTÃO RECEBENDO O P.C. I? todas escalas de 7^a a 4^a
QUANTOS INDIVÍDUOS ESTÃO RECEBENDO O P.C. II? todas escalas de 1^o a 4^o } 3.100

QUANTOS INDIVÍDUOS ESTÃO RECEBENDO O P.C. III? _____

QUANDO FORAM INICIADOS? MÊS 2^o semestre ANO 1994

4. ALÉM DOS PERÍODOS DE RECESSO ESCOLAR, ESSAS AÇÕES TEM SOFRIDO SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE? (Sim)

EM CASO AFIRMATIVO, JUSTIFICAR estamos preparando o 1^o fase - lo ainda no 1^o semestre de 95

5. ESTÁ ASSEGURADA, POR IMPLEMENTO DE VERBAS ORÇAMENTÁRIAS, A DISTRIBUIÇÃO TRIMESTRAL DE ESCOVAS E PASTAS DENTIFRÍCIAS FLUORETADAS? (não)

6. O MUNICÍPIO DISPÕE DE DADOS EPIDEMIOLÓGICOS DA CÁRIE DENTÁRIA? (não)

EM CASO AFIRMATIVO, QUAL O CPO-D NA IDADE DE 12 ANOS? _____

QUANTAS CRIANÇAS DESTA IDADE FORAM INCLUÍDAS NO LEVANTAMENTO? _____

% : _____

II - RECURSOS MATERIAIS

1. QUANTOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS POSSUI A REDE? 09

INSTALADOS EM UNIDADES BÁSICAS ... 03

INSTALADOS EM ESCOLAS 04

INSTALADOS EM CENTROS ODONTOLÓGICOS .. 02

2. QUANTOS APARELHOS DE RX? 01

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ESCRITÓRIO REGIONAL DE SAÚDE DE RIBEIRÃO PRETO - ERSR.50

A-234

III-- RECURSOS HUMANOS

CIRURGIÕES DENTISTAS:

- QUANTOS CIRURGIÕES DENTISTAS CONTRATADOS E EM ATIVIDADE? 15
- QUANTOS EM REGIME DE 4 HORAS ? 12
- QUANTOS EM REGIME DE 6 HORAS ? 01
- QUANTOS EM REGIME DE 8 HORAS ? 03
- QUANTOS LOTADOS EM ESCOLAS ? 06
- QUANTOS LOTADOS EM UNIDADES BÁSICAS ? 09

AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA e TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL

- QUANTOS TÉCNICOS DE HIGIENE DENTAL? —
- QUANTOS AUXILIARES DE CIRURGIÃO DENTISTA ? 08

OS EVENTUAIS A.C.D. TEM FORMAÇÃO QUALIFICADA, OU SÃO SIMPLEMENTE ATEN-
DENTES DE CONSULTÓRIO ? nenhuma tentativa de consultório

IV - AÇÕES PROGRAMÁTICAS

1. A ATENÇÃO ODONTOLÓGICA INDIVIDUAL PRESTADA, VISA ATINGIR O TRATAMENTO COMPLETADO (TC)? (Sim)
2. O SISTEMA INCREMENTAL POR IDADE OU POR SÉRIE É OBSERVADO NAS ESCOLAS ? (Sim)
3. O MUNICÍPIO POSSUI INFRA ESTRUTURA, QUER QUANTO A CAPACIDADE INSTALADA, QUER QUANTO AOS RECURSOS HUMANOS, PARA OFERECER ATENÇÃO SECUNDÁRIA (ENDODONTIA) ? (Sim)
4. O ATENDIMENTO A PACIENTES SORO POSITIVO HIV (AIDÉTICOS) É REALIZADO NA PRÓPRIA UNIDADE BÁSICA ? (Sim) ONDE? clínica odont. municipal
5. PACIENTES SUSPEITOS DE APRESENTAREM LESÕES CANCEROSAS BUCAIS, SUBMETEM-SE A BIÓPSIA NO PRÓPRIO MUNICÍPIO? (não)
PARA ONDE SÃO ENCAMINHADOS? faculdade em Rib. Preto
6. CASO A BIÓPSIA SEJA POSITIVA, PARA ONDE SÃO ENCAMINHADOS PARA TRATAMENTO ? faculdade de odont. de Rib. Preto
7. O SISTEMA DE SAÚDE BUCAL OFERECE PROCEDIMENTO DE NATUREZA PROTÉTICA ?
(Sim) (proteses totais)

OBS.: NÃO DEIXAR ESPAÇOS EM BRANCO. RESPONDER SIM OU NÃO E REGISTRAR O NÚMERO

Anexo 28 - Relatório de Produção Ambulatorial

A. 5.3

 MS/SAS/DATASUS/0201 SISTEMA DE INFORMACOES AMBULATORIAIS DATA COMP.
 27/10/95 RELATORIO DE PRODUCAO AMBULATORIAL OUT/95

Anexo 5
 DESTINO DA REMESSA : DIR 18 DE RIBEIRAO PRETO
 ORIGEM DA REMESSA : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

UNIDADE : 0082431

COMPET	FOLHA	SEQ	PROCEDIMENTO	ATIV.	TIPO	GRUPO	QTOE	SITUACAO
10/95	101	01	207-0	30	02	00	307	SEM ERROS
10/95	101	02	213-5	30	03	00	360	SEM ERROS
10/95	101	03	241-0	30	03	00	280	SEM ERROS
10/95	101	04	243-7	30	03	00	535	SEM ERROS
10/95	101	05	221-6	30	03	00	2.316	SEM ERROS
10/95	101	06	223-2	30	03	00	548	SEM ERROS
10/95	101	07	211-9	30	03	00	443	SEM ERROS
10/95	101	08	233-0	30	03	00	46	SEM ERROS
10/95	101	09	271-2	30	03	00	60	SEM ERROS
10/95	101	10	272-0	30	03	00	40	SEM ERROS
10/95	101	11	231-3	30	03	00	181	SEM ERROS
10/95	101	12	253-4	30	03	00	60	SEM ERROS
10/95	101	13	245-3	30	03	00	59	SEM ERROS
10/95	101	14	293-3	30	03	00	74	SEM ERROS

RESP.UNIDADE :
 Carimbo Rubrica

FORMALIZACAO :
 RESP.GESTOR MUNICIPAL :
 Carimbo Rubrica

RESP.GESTOR ESTADUAL :
 Carimbo Rubrica

Data: ___/___/___

Data: 27/10/95

Data: ___/___/___

A28-1

 MS/SAS/DATASUS/0201 SISTEMA DE INFORMACOES AMBULATORIAIS DATA COMP.
 27/10/95 RELATORIO DE PRODUCAO AMBULATORIAL OUT/95

DESTINO DA REMESSA : DIR 18 DE RIBEIRAO PRETO
 ORIGEM DA REMESSA : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

UNIDADE : 0004669

COMPET	FOLHA	SEQ	PROCEDIMENTO	ATIV.	TIPO	GRUPO	QTOE	SITUACAO
10/95	101	01	040-0	58	01	00	1.668	SEM ERROS
10/95	101	02	040-0	15	02	00	127	SEM ERROS
10/95	101	03	040-0	15	03	00	62	SEM ERROS
10/95	101	04	040-0	09	03	04	258	SEM ERROS
10/95	101	05	040-0	09	03	05	53	SEM ERROS
10/95	101	06	040-0	09	03	00	153	SEM ERROS
10/95	101	07	040-0	09	02	00	28	SEM ERROS
10/95	101	08	040-0	36	02	00	373	SEM ERROS
10/95	101	09	040-0	36	03	00	221	SEM ERROS
10/95	101	10	040-0	33	02	00	268	SEM ERROS
10/95	101	11	040-0	33	03	00	79	SEM ERROS
10/95	101	12	040-0	21	02	00	47	SEM ERROS
10/95	101	13	040-0	21	03	00	33	SEM ERROS
10/95	101	14	040-0	73	03	01	233	SEM ERROS
10/95	101	15	040-0	73	02	00	189	SEM ERROS
10/95	101	16	040-0	73	03	02	82	SEM ERROS
10/95	101	17	040-0	16	02	00	28	SEM ERROS
10/95	101	18	040-0	16	03	00	15	SEM ERROS
10/95	101	19	041-8	58	01	00	698	SEM ERROS
10/95	101	20	041-8	15	02	00	77	SEM ERROS
10/95	102	01	041-8	15	03	00	36	SEM ERROS
10/95	102	02	041-8	36	02	00	197	SEM ERROS
10/95	102	03	041-8	36	03	00	67	SEM ERROS
10/95	102	04	041-8	33	02	00	83	SEM ERROS
10/95	102	05	041-8	33	03	00	57	SEM ERROS
10/95	102	06	041-8	31	02	00	231	SEM ERROS
10/95	102	07	041-8	31	03	00	165	SEM ERROS
10/95	102	08	041-8	21	02	00	36	SEM ERROS
10/95	102	09	041-8	21	03	00	28	SEM ERROS
10/95	102	10	041-8	16	02	00	13	SEM ERROS
10/95	102	11	041-8	16	03	00	8	SEM ERROS
10/95	102	12	622-0	31	02	00	238	SEM ERROS
10/95	102	13	614-9	73	00	00	98	SEM ERROS
10/95	102	14	812-5	73	00	00	41	SEM ERROS
10/95	102	15	034-5	64	00	00	3.727	SEM ERROS
10/95	102	16	050-7	15	00	00	297	SEM ERROS
10/95	102	17	000-9	33	00	00	68	SEM ERROS
10/95	102	18	054-0	33	00	00	23	SEM ERROS
10/95	102	19	042-6	58	01	00	78	SEM ERROS

----- FORMALIZACAO : -----
 RESP. UNIDADE : Carimbo Rubrica RESP. GESTOR MUNICIPAL : Carimbo Rubrica RESP. GESTOR ESTADUAL : Carimbo Rubrica
 Data: ___/___/___ Data: 27/10/95 Data: ___/___/___

A. 25 C.

MS/SAS/DATASUS/0201 SISTEMA DE INFORMACOES AMBULATORIAIS
27/10/95 RELATORIO DE PRODUCAO AMBULATORIAL

DATA CONF.
OUT/95

ANEXO F

DESTINO DA REMESSA : DIR 18 DE RIBEIRAO PRETO
ORIGEM DA REMESSA : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

UNIDADE : 0004669

CONFET	FOLHA	SEQ	PROCEDIMENTO	ATIV.	TIPO	GRUPO	QTOE	SITUACAO
10/95	102	00	058-2	58	00	00	9	SEM ERROS
10/95	103	01	020-0	64	00	00	92	SEM ERROS
10/95	103	02	644-0	52	00	00	22	SEM ERROS
10/95	103	03	606-0	09	00	00	110	SEM ERROS
10/95	103	04	700-5	55	03	00	121	SEM ERROS
10/95	103	05	704-0	55	03	00	10	SEM ERROS
10/95	103	06	700-0	55	03	00	623	SEM ERROS
10/95	103	07	001-9	64	06	00	43	SEM ERROS
10/95	103	08	002-7	64	06	00	30	SEM ERROS
10/95	103	09	003-5	64	06	00	30	SEM ERROS
10/95	103	10	004-3	64	06	00	46	SEM ERROS
10/95	103	11	005-1	64	06	00	43	SEM ERROS
10/95	103	12	006-0	64	06	00	30	SEM ERROS
10/95	103	13	007-0	64	06	00	30	SEM ERROS
10/95	103	14	008-6	64	06	00	46	SEM ERROS
10/95	103	15	009-4	64	06	00	26	SEM ERROS
10/95	103	16	012-4	64	06	00	58	SEM ERROS
10/95	103	17	017-5	64	06	00	35	SEM ERROS
10/95	103	18	018-3	64	06	00	14	SEM ERROS
10/95	103	19	019-1	64	06	00	11	SEM ERROS
10/95	103	20	020-5	64	06	00	31	SEM ERROS
10/95	104	01	021-3	64	06	00	7	SEM ERROS
10/95	104	02	022-1	64	06	00	7	SEM ERROS
10/95	104	03	025-6	64	06	00	90	SEM ERROS
10/95	104	04	410-3	73	00	00	76	SEM ERROS
10/95	104	05	412-0	73	00	00	79	SEM ERROS
10/95	104	06	410-9	73	00	00	10	SEM ERROS
10/95	104	07	426-0	73	00	00	64	SEM ERROS
10/95	104	08	031-0	54	03	00	10	SEM ERROS
12/95	201	01	410-3	73	00	00	32	SEM ERROS
10/95	201	02	412-0	73	00	00	36	SEM ERROS
12/95	201	03	410-9	73	00	00	6	SEM ERROS
10/95	201	04	426-0	73	00	00	33	SEM ERROS

----- FORMALIZACAO : -----

RESP.UNIDADE :
Carimbo Rubrica

RESP.GESTOR MUNICIPAL :
Carimbo Rubrica

RESP.GESTOR ESTADUAL :
Carimbo Rubrica

Data: ___/___/___

Data: 27/10/95

Data: ___/___/___

MS/SAS/DATASUS/0201 SISTEMA DE INFORMACOES AMBULATORIAIS
27/10/95 RELATORIO DE PRODUCAO AMBULATORIAL

DATA CONF.
OUT/95

DESTINO DA REMESSA : DIR 18 DE RIBEIRAO PRETO
ORIGEM DA REMESSA : PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DOS INSTITUTOS DE PESQUISA

INSTITUTO "ADOLFO LUTZ"

ifyt/

DIVISÃO DE BROMATOLOGIA E QUÍMICA - TL - BQ

O Instituto Adolfo Lutz certifica que foi o seguinte o resultado da ANÁLISE de Orientação

n.º TL n.º 118/92

Talão

A — INFORMAÇÕES GERAIS

Manancial e local da colheita torneira do cano da água final - Estação tratamento (ETA)

Município Rua Rio de Janeiro s/nº. Cajuru-SP

Origem da água Manancial superficial - Represa Engenho da Serra

Proprietário SABESP

Nome do responsável pela colheita Vanderlei G., Ana P., Laercio C., Carlos R.M.

Análise solicitada por SUS R.50 - Vig.Sanitária

com o de n.º de de de 19

Entrada na TL-BQ em 29 de janeiro de 19 92

B — RESULTADOS DOS ENSAIOS FÍSICOS E QUÍMICOS

1-1) Aspecto	límpido	
1-2) Odor	de cloro	
1-3) Cor	0,0	
1-4) Turbidez	0,93	
2-1) Resíduo seco	90,0	(mg/litro)
2-2) Perda por calcinação	45,0	(mg/litro)
2-3) Resíduo fixo	45,0	(mg/litro)
3-1) pH	7,0	
3-2) Alcalinidade de hidróxidos	zero	(mg/litro em CaCO ₃)
3-3) Alcalinidade de carbonatos	zero	(mg/litro em CaCO ₃)
3-4) Alcalinidade de bicarbonatos	12,9	(mg/litro em CaCO ₃)
3-5) Dureza de não carbonatos	8,4	(mg/litro em CaCO ₃)
3-6) Dureza de carbonatos	12,9	(mg/litro em CaCO ₃)
3-7) Dureza total	21,3	(mg/litro em CaCO ₃)
3-8) Gás carbônico	-	(mg/litro)
4-1) Oxigênio consumido	0,4	(mg/litro de oxigênio)
4-2) Nitrogênio amoniacal	ausente	(mg/litro de nitrogênio)
4-3) Nitrogênio albuminóide	ausente	(mg/litro de nitrogênio)
4-4) Nitrogênio nitroso	ausente	(mg/litro de nitrogênio)
4-5) Nitrogênio nítrico	0,03	(mg/litro de nitrogênio)
5-1) Ferro	ausente	(mg/litro)
5-2) Cloretos	27,4	(mg/litro de cloro)
6-1) Eventuais: Cloro residual	1,8 mg/litro em cloro	

7-1) Observações: Água clorada

C — RESULTADOS DOS EXAMES BACTERIOLÓGICOS

- 1) Contagem padrão em placas/ml
 - a) a 35°C/24h, 48h: 0 U.F.C./ml
 - b) a 22°C/48h: X.X.X.
- 2) Pesquisa de bactérias do grupo coliforme (Método da Membrana Filtrante):
Número Mais Provável (NMP) - série de 5 tubos: negativa
Ensaio - presuntivo, - eliminatório, - completo
- 3) Bactérias identificadas:
- 4) Observações:
 - a) Não foram isoladas bactérias do grupo coliforme em 100 ml da amostra analisada
 - b) Não foram isoladas bactérias do grupo coliforme de origem fecal em 100 ml da amostra analisada. (Método da Membrana Filtrante)

D — CONCLUSÃO

- 1- Unidade amostral bacteriologicamente potável de acordo com os itens 1.2.1 e 1.2.3 da Portaria nº.36/GM de 19/01/90 do Ministério da Saúde
- 2- Água quimicamente potável

Ribeirão Preto ~~03~~ 03 de fevereiro de 1992

[Signature]
Dra. Neusa Santesso Camilo QUIMICO 10.02.92
Pesquisador Científico - PqC-3
T.L. - Lab. I de Ribeirão Preto
QUIMICO-CHEFE
11.02.92
DIRETOR DO SERVIÇO DE QUÍMICA APLICADA

[Signature]
Dra. Eliana G. Abreu Ribeiro 07/02/92
Pesquisador Científico - PqC-1
T.L. - Lab. I de Ribeirão Preto
BIOLOGISTA
Dra. Eliana G. Abreu Ribeiro 07/02/92
BIOLOGISTA-CHEFE Biologia Médica
T.A.L. - Lab. I Ribeirão Preto
DIRETOR DA TL-BQ

VISTO
[Signature]
Sra. Wilma D. O. Garotti
RG. 3.563.567
Diretora Técnica do
T.A.L. - Lab. I de Rib. Preto
11.02.92

Anexo 29 - Boletins de Análise da Água do Instituto Adolfo Lutz



SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

COORDENAÇÃO DOS INSTITUTOS DE PESQUISA

INSTITUTO "ADOLFO LUTZ"

Esp. /

DIVISÃO DE BROMATOLOGIA E QUÍMICA - TL - BQ

O Instituto Adolfo Lutz certifica que foi o seguinte o resultado da ANÁLISE de Orientação

n.º TL n.º 1221/93 13 T 2 Talão

A — INFORMAÇÕES GERAIS

Manancial e local da colheita: Rua Rio de Janeiro, s/nº

Município: Cajuru - SP

Origem da água: Represa (Engenho Barra)

Proprietário: -

Nome do responsável pela colheita: Wanderlei - Brisetti

Análise solicitada por: SDR-R 50 - Vigilância Sanitária

com o n.º de n.º de de de 19

Entrada na TL-BQ em 14 de julho de 1993

B — RESULTADOS DOS ENSAIOS FÍSICOS E QUÍMICOS

1-1) Aspecto	limpido	
1-2) Odor	de cloro	
1-3) Cor	0,0	
1-4) Turbidez	0,35	
2-1) Resíduo seco	80,0	(mg/litro)
2-2) Perda por calcinação	10,0	(mg/litro)
2-3) Resíduo fixo	70,0	(mg/litro)
3-1) pH	7,1	
3-2) Alcalinidade de hidróxidos	zero	(mg/litro em CaCO ₃)
3-3) Alcalinidade de carbonatos	10,14	(mg/litro em CaCO ₃)
3-4) Alcalinidade de bicarbonatos	95,13	(mg/litro em CaCO ₃)
3-5) Dureza de não carbonatos	zero	(mg/litro em CaCO ₃)
3-6) Dureza de carbonatos	15,96	(mg/litro em CaCO ₃)
3-7) Dureza total	15,96	(mg/litro em CaCO ₃)
3-8) Gás carbônico	-	(mg/litro)
4-1) Oxigênio consumido	-	(mg/litro de oxigênio)
4-2) Nitrogênio amoniacal	ausente	(mg/litro de nitrogênio)
4-3) Nitrogênio albuminóide	ausente	(mg/litro de nitrogênio)
4-4) Nitrogênio nitroso	ausente	(mg/litro de nitrogênio)
4-5) Nitrogênio nítrico	0,02	(mg/litro de nitrogênio)
5-1) Ferro	traços	(mg/litro)
5-2) Cloretos	10,7	(mg/litro de cloro)
6-1) Eventuais: Cloro residual total	1,4	mg/litro em cloro
Cloro residual livre	1,2	mg/litro em cloro
Cloro residual combinado	0,2	mg/litro em cloro

7-1) Observações: Água clorada

- 1) Contagem padrão em placas/ml
 a) a 35°C/24h ~~X-X-X-X~~
 b) a 22°C/48h ~~X-X-X-X~~
- 2) Pesquisa de bactérias do grupo coliforme (Método da Membrana Filtrante)
 Número Mais Provável (NMP) Série de 5 tubos: negativa /100
 Ensaio: ~~presuntivo~~, ~~confirmatório~~, ~~completo~~
- 3) Bactérias identificadas: _____
- 4) Observações:
 a) Não foram isoladas bactérias do grupo coliforme em 100 ml da amostra analisada
 b) Não foram isoladas bactérias do grupo coliforme de origem fecal 100 ml da amostra analisada. (Método da Membrana Filtrante)

D — CONCLUSÃO

Tratase de análise amostral bacteriológica feita de acordo com os itens 1.2.1 e 1.2.2 da Portaria nº 36/3M de 19/01/90, do Ministério da Saúde.

Rib. Preto, São Paulo, 23 de julho de 1993.

QUÍMICO

M. Carlucci

QUÍMICO-CHEFE

Dra. Nina Turko Carlucci
 Chefe de Serviço Técnico - Subst.
 I.L.L. Lab. I Ribeirão Preto

DIRETOR DO SERVIÇO DE QUÍMICA APLICADA

ANTBM 26.7.93
 Alzira M. Bergamini Martins

BIOLOGISTA
 T. L. LAB. I de Ribeirão Preto

27/07/93
 Dra. Suzel Nogueira Neme

BIOLOGISTA-CHEFE

Serviço de Patologia Médica

I.L.L. - L. B. I Ribeirão Preto

DIRETOR DA TL-BQ

VISTO

Vilma
 Vilma Aoy Donatoggetti Davanzo
 Diretora Técnica Substituto
 I.L.L. Lab. I Ribeirão Preto

28/07/93

28.07.93

Anexo 30 - Boletins de Análise da Água do Instituto Adolfo Lutz

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DOS INSTITUTOS DE PESQUISA

INSTITUTO "ADOLFO LUTZ"

eba./ DIVISÃO DE BROMATOLOGIA E QUÍMICA - TL - BQ

O Instituto Adolfo Lutz certifica que foi o seguinte o resultado da ANÁLISE de Orientação
 n.º TL n.º 1822/93 LR E 2 Talão

A — INFORMAÇÕES GERAIS

Manancial e local da colheita torneira - água final (após tratamento na ETA)
 Município Cajuru - SP
 Origem da água ETA - Represa Engenho da Serra
 Proprietário SABESP
 Nome do responsável pela colheita Vanderlei e Maurilio
 Análise solicitada por ERSA 50 - Vigilância Sanitária
 com o de n.º de de de 19
 Entrada na TL-BQ em 15 de 09 de 1993

B — RESULTADOS DOS ENSAIOS FÍSICOS E QUÍMICOS

1-1) Aspecto	<u>límpido</u>	
1-2) Odor	<u>de cloro</u>	
1-3) Cor	<u>0,0</u>	
1-4) Turbidez	<u>0,23</u>	
2-1) Resíduo seco	<u>50,0</u>	(mg/litro)
2-2) Perda por calcinação	<u>40,0</u>	(mg/litro)
2-3) Resíduo fixo	<u>10,0</u>	(mg/litro)
3-1) pH	<u>7,2</u>	
3-2) Alcalinidade de hidróxidos	<u>zero</u>	(mg/litro em CaCO ₃)
3-3) Alcalinidade de carbonatos	<u>zero</u>	(mg/litro em CaCO ₃)
3-4) Alcalinidade de bicarbonatos	<u>14,2</u>	(mg/litro em CaCO ₃)
3-5) Dureza de não carbonatos	<u>9,7</u>	(mg/litro em CaCO ₃)
3-6) Dureza de carbonatos	<u>14,2</u>	(mg/litro em CaCO ₃)
3-7) Dureza total	<u>23,9</u>	(mg/litro em CaCO ₃)
3-8) Gás carbônico	<u>-</u> (mg/litro)	
4-1) Oxigênio consumido	<u>-</u> (mg/litro de oxigênio)	
4-2) Nitrogênio amoniacal	<u>ausente</u>	(mg/litro de nitrogênio)
4-3) Nitrogênio albuminóide	<u>ausente</u>	(mg/litro de nitrogênio)
4-4) Nitrogênio nitroso	<u>ausente</u>	(mg/litro de nitrogênio)
4-5) Nitrogênio nítrico	<u>0,1</u>	(mg/litro de nitrogênio)
5-1) Ferro	<u>traços</u>	(mg/litro)
5-2) Cloretos	<u>12,5</u>	(mg/litro de cloro)
6-1) Eventuais:	<u>Cloro residual total</u>	<u>1,5</u> mg/litro em cloro
	<u>Cloro residual livre</u>	<u>1,5</u> mg/litro em cloro
	<u>Cloro residual combinado</u>	<u>0,0</u> mg/litro em cloro

7-1) - Observações: Água clorada

- 1) Contagem padrão em placas/ml
 - a) a 35°C/24h..... -
 - b) a 22°C/48h..... -
- 2) Pesquisa de bactérias do grupo coliforme (Método da Membrana Filtrante)

Número Mais Provável (NMP), série de 5 tubos: negativa /100ml

Ensaio ~~presuntivo~~ confirmatório ~~in~~ completo
- 3) Bactérias identificadas:
- 4) Observações:
 - a) Não foram isoladas bactérias do grupo coliforme em 100 ml da amostra analisada
 - b) Não foram isoladas bactérias do grupo coliforme de origem fecal em 100 ml da amostra analisada. (Método da Membrana Filtrante)

D -- CONCLUSÃO

Trata-se de unidade amostral bacteriológicamente potável de acordo com os itens 1.2.1 e 1.2.2 da Portaria nº 36/GM de 19/01/1990, do Ministério da Saúde.

Rib. Preto, São Paulo, 28 de setembro de 1993.

[Signature]
 Meusa Santesso Garfalo QUIMICO 30.09.93
 Pesquisador Científico - PqC-2
 TL - Lab. I de Ribeirão Preto

[Signature] 29/9/93
 Vilma G. Abeld Ribeiro BIOLOGISTA
 Pesquisador Científico - PqC I
 TL - Lab. I de Ribeirão Preto
 Marta Inês Casarini Modeli 29/9/93
 Encarregada do Setor de Microbiologia
 BIOLOGISTA-CHEFE TL de Ribeirão Preto

29.09.93
 Dra. Nina Tunko Cerqueira
 Chefe de Serviço Técnico - SBT
 TL - Lab. I de Ribeirão Preto
 DIRETOR DO SERVIÇO DE QUÍMICA APLICADA

[Signature]
 Vilma Ap. Domeneghetti Davanzo
 Diretora Técnica Substituto
 TL - Lab. I de Ribeirão Preto
 DIRETOR DA TL-BQ

Anexo 31 - Boletins de Análise da Água do Instituto Adolfo Lutz



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DOS INSTITUTOS DE PESQUISA

INSTITUTO "ADOLFO LUTZ"

DIVISÃO DE PROMATOLOGIA E QUÍMICA - TL - BQ

O Instituto Adolfo Lutz certifica que foi o seguinte o resultado da ANÁLISE de Orientação
n.º TL n.º 344/94 Talão

A — INFORMAÇÕES GERAIS

Manancial e local da colheita Torneira da pia - R.Projetada E. nº. 172
Município Cajuru - SP
Origem da água ETA - Engenho da Serra
Proprietário -
Nome do responsável pela colheita Ana - Maurílio
Análise solicitada por ERSA.50 - Ribeirão Preto
com o de n.º de de de 19.....
Entrada na TL-BQ em 09 de fevereiro de 19 94

B — RESULTADOS DOS ENSAIOS FÍSICOS E QUÍMICOS

1-1) Aspecto.....	<u>límpido</u>	
1-2) Odor.....	<u>de cloro</u>	
1-3) Cor.....	<u>0,0</u>	
1-4) Turbidez.....	<u>0,52</u>	
2-1) Resíduo seco.....	<u>55,0</u>	(mg/litro)
2-2) Perda por calcinação.....	<u>30,0</u>	(mg/litro)
2-3) Resíduo fixo.....	<u>25,0</u>	(mg/litro)
3-1) pH.....	<u>6,6</u>	
3-2) Alcalinidade de hidróxidos.....	<u>zero</u>	(mg/litro em CaCO ₃)
3-3) Alcalinidade de carbonatos.....	<u>zero</u>	(mg/litro em CaCO ₃)
3-4) Alcalinidade de bicarbonatos.....	<u>17,6</u>	(mg/litro em CaCO ₃)
3-5) Dureza de não carbonatos.....	<u>11,7</u>	(mg/litro em CaCO ₃)
3-6) Dureza de carbonatos.....	<u>17,6</u>	(mg/litro em CaCO ₃)
3-7) Dureza total.....	<u>29,3</u>	(mg/litro em CaCO ₃)
3-8) Gás carbônico.....	<u>-</u>	(mg/litro)
4-1) Oxigênio consumido.....	<u>-</u>	(mg/litro de oxigênio)
4-2) Nitrogênio amoniacal.....	<u>ausente</u>	(mg/litro de nitrogênio)
4-3) Nitrogênio albuminóide.....	<u>ausente</u>	(mg/litro de nitrogênio)
4-4) Nitrogênio nitroso.....	<u>ausente</u>	(mg/litro de nitrogênio)
4-5) Nitrogênio nítrico.....	<u>0,03</u>	(mg/litro de nitrogênio)
5-1) Ferro.....	<u>0,25</u>	(mg/litro)
5-2) Cloretos.....	<u>6,6</u>	(mg/litro de cloro)
6-1) Eventuais: Cloro residual total:	<u>1,0 mg/litro em cloro</u>	
	<u>Cloro residual livre: 1,0 mg/litro em cloro</u>	
	<u>Cloro residual combinado: 0,0 mg/litro em cloro.</u>	

7-1) Observações:

C — RESULTADOS DOS EXAMES BACTERIOLÓGICOS

- 1) Contagem padrão em placas/ml
 - a) a 35°C/24h..... -
 - b) a 22°C/48h..... -
- 2) Pesquisa de bactérias do grupo coliforme

Número Mais Provável (NMP), série de 5 tubos:..... - /100ml

Ensaio presuntivo, confirmatório, completo
- 3) Bactérias identificadas..... -
- 4) Observações:..... -
 - a)..... - isoladas bactérias do grupo coliforme em..... ml da amostra analisada
 - b)..... -

D -- CONCLUSÃO

Água quimicamente potável.

Ribeirão Preto ~~São Paulo~~ 03 de março de 19.94.

[Handwritten Signature]
 Mônica Santesso Gantou
 Pesquisador Científico - PaC-2
 L.A.L. - Lab. I de Ribeirão Preto
 QUIMICO

[Handwritten Signature] 07/03/94
 Dr. Eliana G. Abeld Ribeiro
 Pesquisador Científico - PaC 1
 L. - Lab. I de Ribeirão Preto
 BIOLOGISTA

2.03.94
 Dra. Nina Turko Carlucci
 Chefe de Seção Técnica - Subst.
 L.A.L. - Lab. I Ribeirão Preto
 QUIMICO-CHEFE

[Handwritten Signature] 8/3/94
 Vilma Ap. Domeneghetti Davanzo
 Diretora Técnica Substituta
 L.A.L. - Lab. I Ribeirão Preto

[Handwritten Signature]
 Dra. Suzel Nogueira Neme
 Chefe Seção Técnica
 DIRETORA DA TLBQ
 L.A.L. - Lab. I Ribeirão Preto
 BIOLOGISTA-CHEFE

DIRETOR DO SERVIÇO DE QUÍMICA APLICADA

VISTO

Anexo 32 - Boletins de Análise da Água do Instituto Adolfo Lutz



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DOS INSTITUTOS DE PESQUISA

INSTITUTO "ADOLFO LUTZ"

e.ba./ DIVISÃO DE BROMATOLOGIA E QUÍMICA - TL - BQ

O Instituto Adolfo Lutz certifica que foi o seguinte o resultado da ANÁLISE de Orientação
n.º TL n.º 1980/94 LR I 2 Talão

A — INFORMAÇÕES GERAIS

Manancial e local da colheita Torneira cavalete - Rua Dr. Mota, 2277 (Ponta de rede)
Município Cajuru - SP
Origem da água Represa Moinho
Proprietário -*-
Nome do responsável pela colheita Vanderlei
Análise solicitada por ERSA 50 - Ribeirão Preto
Em o de n.º de de de 19
Entrada na TL-BQ em 26 de outubro de 1994

B — RESULTADOS DOS ENSAIOS FÍSICOS E QUÍMICOS

1) Aspecto	límpido	
2) Odor	de cloro	
3) Cor	0,0	
4) Turbidez	1,3	
1) Resíduo seco	70,0	(mg/litro)
2) Perda por calcinação	40,0	(mg/litro)
3) Resíduo fixo	30,0	(mg/litro)
1) pH	7,0	
2) Alcalinidade de hidróxidos	zero	(mg/litro em CaCO ₃)
3) Alcalinidade de carbonatos	zero	(mg/litro em CaCO ₃)
4) Alcalinidade de bicarbonatos	8,4	(mg/litro em CaCO ₃)
5) Dureza de não carbonatos	12,9	(mg/litro em CaCO ₃)
6) Dureza de carbonatos	8,4	(mg/litro em CaCO ₃)
7) Dureza total	21,3	(mg/litro em CaCO ₃)
8) Gás carbônico	-	(mg/litro)
1) Oxigênio consumido	-	(mg/litro de oxigênio)
2) Nitrogênio amoniacal	ausente	(mg/litro de nitrogênio)
3) Nitrogênio albuminóide	ausente	(mg/litro de nitrogênio)
4) Nitrogênio nítrico	ausente	(mg/litro de nitrogênio)
5) Nitrogênio nítrico	0,1	(mg/litro de nitrogênio)
1) Ferro	0,5	(mg/litro)
2) Cloretos	12,4	(mg/litro de cloro)
1) Eventuais: Cloro residual total	1,5	mg/litro em cloro
Cloro residual livre	1,5	mg/litro em cloro
Cloro residual combinado	0,0	mg/litro em cloro

1) Observações: Água clorada

C --- RESULTADOS DOS EXAMES BACTERIOLÓGICOS

- 1) Contagem padrão em placas/ml
 - a) a 35°C/24h 48h: 0 UFC/ml
 - b) a 22°C/48h: -*-
- 2) Pesquisa de bactérias do grupo coliforme (Método da Membrana Filtrante)

Número Mais Provável (NMP) de 5 tubos: negativa / 100 ml

Presença de coliformes totais: completa
- 3) Bactérias idênticas: _____
- 4) Observações:
 - a) Não foram isoladas bactérias do grupo coliforme em 100 ml da amostra analisada
 - b) Não foram isoladas bactérias do grupo coliforme de origem fecal em 100 ml da amostra analisada. (Método da Membrana Filtrante)

D --- CONCLUSÃO

Trata-se de unidade amostral bacteriologicamente potável de acordo com os itens 1.2.1 e 1.2.3 da Portaria nº 36/GM, de 19/01/1990, do Ministério da Saúde.

Rib. Preto São Paulo, 16 de novembro de 19 94

Rosa M. D. Favaró 18.11.94
 Dra. Rosa Maria D. Favaró QUÍMICO
 Pesquisador Científico Pq-3
 Inst. Adolfo Lutz L. 51 Ribeirão Preto
 17.11.94 QUÍMICO-CHEFE
 Prof. Nilda Tereza Garófali
 Inst. de Doc. Lutz - 13.132
 L. 51 - Ribeirão Preto

Eliana G. Abete Ribeiro 17.11.94
 Dra. Eliana G. Abete Ribeiro
 Pesquisador Científico - RqC I
 L. 1 de Ribeirão Preto
 BIOLOGISTA
 Marta Inês Azentini Medeiros
 Encarregada do Setor de Análises
 BIOLOGIA-CHEFE de Ribeirão Preto

DIRETOR DO SERVIÇO DE QUÍMICA APLICADA

VISTO

DIRETOR DA TL-BO

WAG

h/ Dra. Wilma D. de O. Garófali

Anexo 33 - Boletins de Análise da Água do Instituto Adolfo Lutz

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DOS INSTITUTOS DE PESQUISA

INSTITUTO "ADOLFO LUTZ"

Eba./ DIVISÃO DE BROMATOLOGIA E QUÍMICA - TL - BQ

Instituto Adolfo Lutz certifica que foi o seguinte o resultado da ANÁLISE de Orientação
n.º -*- TL n.º 1210/95 LR I 2 Talão -*-

A — INFORMAÇÕES GERAIS

Financeira e local da colheita: Direto do poço - saída do poço
Município: Cajuru - SP
Origem da água: Cisterna
Proprietário: -*- Maria Garcia Marques - Sítio Santa Luzia
Nome do responsável pela colheita: Francisco Gil
Análise solicitada por: DIR XVIII - Ribeirão Preto
Em o. de n.º de de de 19
Entrada na TL-BQ em: 03 de agosto de 19 95

B — RESULTADOS DOS ENSAIOS FÍSICOS E QUÍMICOS

1) Aspecto.....	-	
2) Odor.....	-	
3) Cor.....	-	
4) Turbidez.....	-	
1) Resíduo seco.....	-	(mg/litro)
2) Perda por calcinação.....	-	(mg/litro)
3) Resíduo fixo.....	-	(mg/litro)
1) pH.....	-	
2) Alcalinidade de hidróxidos.....	-	(mg/litro em CaCO ₃)
3) Alcalinidade de carbonatos.....	-	(mg/litro em CaCO ₃)
4) Alcalinidade de bicarbonatos.....	-	(mg/litro em CaCO ₃)
5) Dureza de não carbonatos.....	-	(mg/litro em CaCO ₃)
6) Dureza de carbonatos.....	-	(mg/litro em CaCO ₃)
7) Dureza total.....	-	(mg/litro em CaCO ₃)
8) Gás carbônico.....	-	(mg/litro)
1) Oxigênio consumido.....	-	(mg/litro de oxigênio)
2) Nitrogênio amoniacal.....	-	(mg/litro de nitrogênio)
3) Nitrogênio albuminóide.....	-	(mg/litro de nitrogênio)
4) Nitrogênio nitroso.....	-	(mg/litro de nitrogênio)
5) Nitrogênio nítrico.....	-	(mg/litro de nitrogênio)
1) Ferro.....	-	(mg/litro)
2) Cloretos.....	-	(mg/litro de cloro)
1) Eventuais: Cloro residual.....	0,0	mg/litro em cloro

1) Observações: 0 teor de cloro residual não atinge o limite mínimo
(0,5 mg/l) estabelecido pela Resolução Conjunta SS/SMA-4 de 27/05/92

C — RESULTADOS DOS EXAMES BACTERIOLÓGICOS

- 1) Contagem padrão em placas/ml
 - a) a 35°C/24h 48h: $4,7 \times 10^2$ UFC/ml
 - b) a 22°C/48h: -*-
- 2) Pesquisa de bactérias do grupo coliforme (Método da Membrana Filtrante)

Número Mais Provável (NMP), série de 5 tubos: $2,0 \times 10$ UFC /100

Ensaio Presuntivo, Confirmatório, Completo
- 3) Bactérias identificadas
- 4) Observações:
 - a) Foram isoladas bactérias do grupo coliforme em 100 ml da amostra analisada
 - b) Não foram isoladas bactérias do grupo coliforme de origem fecal em 100 ml da amostra analisada. (Método da Membrana Filtrante)

D — CONCLUSÃO

Trata-se de ponto amostral não potável de acordo com o item 1.2.5 da Portaria nº 36/GM, de 19/01/1990, do Ministério da Saúde, por conter $2,0 \times 10$ bactérias do grupo coliforme em 100 ml da amostra analisada.

Rib.Preto, São Paulo, 30 de agosto de 1995.

Rosa Maria D. Favaro 10/9/95
 Dra. Rosa Maria D. Favaro QUÍMICO
 Pesquisador Científico Fq-3
 Inst. Adolfo Lutz Lab I Rib Preto

Elisabete G. Abdel Ribeiro 31/8/95
 Dra. Elisabete G. Abdel Ribeiro BIOLOGISTA
 Pesquisador Científico - PoC
 Inst. Adolfo Lutz Lab I de Ribeirão Preto
 Marta Inês Cezimbra Bióloga
 Inst. Adolfo Lutz Lab I de Ribeirão Preto


[Signature]
 31.08.95 QUÍMICO CHEFE
 Inst. Adolfo Lutz Lab I de Ribeirão Preto

DIRETOR DO SERVIÇO DE QUÍMICA APLICADA

[Signature] 01/09/95
 Dra. Wilma de O. Garotti VSTO
 R.S. 3.393/97
 Diretora Técnica
 L.L.L. Lab. I Ribeirão Preto

DIRETOR DA TL-BO

Anexo 34 - Boletins de Análise da Água do Instituto Adolfo Lutz

 SABESP	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE FRANCA - DF DIVISÃO DE CONTROLE SANITÁRIO DE FRANCA - DFTC	
	Laudo de Análises Físico-Químicas, Bacteriológicas de Águas Residuárias Procedência: COLABA - MUNICIPIO CAJURU SP.	

Idigo do Pto. de coleta	-	999AFL01	999EFL01				
Data da Coleta	-	28 / 09 / 95	28 / 09 / 95				
Local da Coleta	-	10 : 3 0	10 : 4 0				
Tempo de Água	-	Afluente	Efluente				
Variações nas últimas 24 horas	-	não	não				

Resultados Físico-Químicos

PARÂMETROS	UNIDADE						
TEMP. AR	°C	26	26				
TEMP. AMOSTRA	°C	28	23				
DO (5,20)	mg / l	830,00	25,00				
DO	mg / l	1800,00	180,00				
COMO	mg / l	-	-				
SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS	ml / l	-	-				
SÓLIDOS SUSP. TOTAIS	mg / l	186,00	52,00				
SÓLIDOS TOTAIS	mg / l	-	-				
SÓLIDOS T. VOLÁTEIS	mg / l	-	-				
SÓLIDOS T. FÍXOS	mg / l	-	-				
SÓL. SUSP. VOLÁTEIS	mg / l	-	-				
SÓLIDOS SUSP. FÍXOS	mg / l	-	-				
pH	-	9,3	7,6				
ÓLEOS E GRAXOS	mg / l	25,00	6,0				
OPACIDADE	ms / cm	-	-				

Resultados Bacteriológicos

Coliforme Total							
Coliforme Fecal							
Bac. Heterotrófica							

Descrição dos (Pontos de Coleta)

999AFL01 - AFLUENTE SISTEMA TRATAMENTO DE EFLUENTE INDUSTRIAL
 999EFL01 - EFLUENTE SISTEMA TRATAMENTO DE EFLUENTE INDUSTRIAL

OBS: Os resultados deste Laudo se aplicam tão somente as amostras coletadas.

Data:	17, 10, 95	Enc. dos Laboratórios	QUIM. RUI CESAR R. BUENO Encarregado do Laboratório DFTC CRO 04220048-40 - Mat. 23196.1
-------	------------	-----------------------	---

Anexo 35 - Processo de Inclusão do Município na Gestão Parcial



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Do	Numero	Ano	Rubrica
ERSA-50	350-05.039	93-2	CHPB/dtc

E-50-ATPAS

09/05/94

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

Assunto: Inclusão na condição de GESTÃO PARCIAL.

Baseado na Portaria nº 545, de 20, publicada no D.O.U. de 24/05/93, que estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde, através da Norma Operacional Básica nº 01/93 - SUS;

na Instrução Normativa nº 01, de 23/09, publicada no D.O.U. de 07/10/93, que disciplina os fluxos e consteúdos do processo de habilitação de municípios e estados às novas condições de gestão previstos na Norma acima citada;

na Resolução SS-102, de 28/01, publicada no D.O.E. de 29/1/94, que aprova a Instrução Normativa que complementa as orientações referentes ao enquadramento dos municípios às condições de gestão, no âmbito do SUS;

informa-se que o processo de municipalização da Prefeitura Municipal de CAJURU foi protocolado no ERS-50 - Ribeirão Preto, sob o número 350-05.039-93-2, em 19/10/93, tendo apresentado a seguinte documentação:

1 - EM RELAÇÃO À SOLICITAÇÃO

1.1. O município de Cajuru, através de Ofício n.º 436/93, 15/10/93, assinado pelo Prefeito Municipal Senhor Milton Luiz de Campos Sales, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Presidente da Comissão Intergestores Bipartite, solicita sua inclusão na condição de "Gestão Parcial", conforme o preconizado pela N.O.B. n.º 01/93 (fls.01).

2 - EM RELAÇÃO AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.1. Apresenta cópia da Portaria 066, que dispõe sobre a designação dos membros do Conselho Municipal de Saúde, baseado no artigo 2º da Lei Municipal nº 978, de 05/04/91 (fls. 08 e 09).

Obs: não apresenta cópia da Lei da criação do Conselho Municipal de Saúde.

segue.....



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1-33-2
41

Do	Número	Ano	Rubrica
ERSA-50	350-05.039	93-2	CHPB/dtc

2.2. A composição do Conselho Municipal de Saúde é feita através de:

- 02 representantes do Departamento Municipal de Saúde
- 02 representantes do ERSA-50
- 01 representante de prestador de serviço
- 03 representantes de servidores da Saúde
- 03 representantes de Entidades e Sindicatos
- 01 representante da Câmara Municipal
- 07 representantes de Moradores de Bairro

Obs: como não apresenta a Lei de criação do C.M.S., não foi possível estabelecer a paridade.

2.3. Apresenta cópia da ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde , realizada em 07/01/94, que aprova por unanimidade a pretensão do município de Cajuru, em assumir o pleito de enquadramento na "Gestão - Parcial" (fls. 07 e 08).

3 - EM RELAÇÃO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1. Apresenta cópia da Lei nº 977, de 05/04/91, que institui o Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências (fls. 9 a 12);

3.2. apresenta extrato de Conta Corrente do Banco do Brasil, referente ao mês de outubro de 1993, em nome da Prefeitura Municipal de Cajuru ; não está identificada como do "Fundo Municipal de Saúde".

3.3. Características do Fundo Municipal de Saúde:

- gestor: Orgão Municipal de Saúde
- órgão fiscalizador: Conselho Municipal de Saúde

3.4. Receita do Fundo Municipal de Saúde:

- dotação orçamentária e créditos adicionais
- recursos auferidos pela prestação de serviço ou fornecimento de bens;
- auxílios, subvenções, contribuições, transferências e participação em convênios e ajustes;
- doações de pessoas físicas e jurídicas, públicos e privados, nacionais e internacionais;

segue.....



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

42
 Folha de notificação A 32-3
 Rubrica 42

Do	Numero	Ano	Rubrica
ERSA-50	350-05.039	93-2	CHPB/dtc

- produto de operações de crédito;
- rendimentos, acréscimos, juros e correção monetária, provenientes de aplicações financeiras;
- outras receitas.

3.5. A aplicação será feita no desenvolvimento das ações de saúde na área médica, odontológicas sanitária, hospitalar e apoio à Coordenação do Orgão Municipal de Saúde.

4 - EM RELAÇÃO AO PLANO DE SAÚDE

- 4.1. Apresenta o Plano de Saúde do município, conforme Ofício nº 048, de 09/02/94, assinado pelo Senhor Prefeito Municipal (fls. 14);
- 4.2. em 07/01/94, em reunião mensal ordinária do Conselho Municipal de Saúde, foi submetido à apreciação dos Senhores Conselheiros, tendo sido aprovado conforme consta da cópia da ata (fls. 07 e 08).

5 - EM RELAÇÃO À DOCUMENTAÇÃO DE CONTRAPARTIDA DE RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS EM SAÚDE, APRESENTA:

- 5.1. apresenta quadro demonstrativo da Receita estimada e Despesa realizada, por todas as fontes, no exercício de 1993 - Anexo A; não informa RCA Privado (fls. 15); - a participação do município foi de 15%.
- 5.2. apresenta quadro demonstrativo da Receita para 1994, por todas as fontes - Anexo B; não informa RCA Privado (fls. 16).
 - o município se propõe a aplicar 18%.

6 - EM RELAÇÃO AO PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS

- 6.1. apresenta cópia da Lei nº 1120, de 03/01/94, que estabelece a reforma da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Saúde de Cajuru - composição de Orgãos subordinados ao Prefeito Municipal. (fls. 17 a 37).

ségue.....



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

43
 Folha de Informaç. at.
 Rubricada pelo n.º
 43
 A 32.4

Do	Numero	Ano	Rubrica
ERSA-50	350-05.039	93-2	CHPB/dtc

7 - EM RELAÇÃO À NOMEAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DE AIH E APA

7.1. apresenta Portaria nº 217 de 17/12/93, que dispõe sobre a nomeação de responsáveis pela emissão de autorização de internação hospitalar - AIH-, e de autorização de procedimentos ambulatoriais de alto custo- APA- (fls.38).

- Dr. Luiz Geraldo Iunes Elias
- Drª Maria Cristina Franca da Cunha

obs: não demonstra que os profissionais em questão não possuem vínculo empregatício com prestadores conveniados/contratados com o SUS.

8 - EM RELAÇÃO À PROPOSTA DE INCORPORAÇÃO DE UNIDADES AMBULATORIAIS PÚBLICAS, BEM COMO, RECURSOS HUMANOS, DEFINIÇÃO DOS QUANTITATIVOS E FONTES DE RECURSOS NECESSÁRIOS PARA CUSTEIO E INVESTIMENTO

8.1. não apresenta tal proposta, tendo em vista que o município de Cajuru já havia assinado o Convênio de Municipalização dos serviços de saúde com o Ministério da Saúde em 05/02/93, conforme o preconizado nas Disposições Finais da N.O.B. 01/93 (fls.03).

9 - EM RELAÇÃO AO RELATO DESCRITIVO, ASSINADO PELO GESTOR, ATESTANDO A DISPONIBILIDADE DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS E MATERIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EXPLICITANDO OS ASPECTOS:

9.1. informa, através do Ofício nº 050/94, de 10/02/94, que o Órgão Municipal de Saúde conta, no momento, com 02 Médicos Sanitaristas e 03 escriturários, com carga horária semanal de 40 horas cada um, podendo realizar todas as atribuições de planejamento, controle e avaliação dos serviços distribuídos (fls.39), e que:

- 9.1.1. tem capacidade para a elaboração do SIA-SUS (Odontologia, laboratórios e atendimento ambulatoria) - está sendo programado o controle do SIH-SUS.

segue.....



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

44 Folha de Informação Rubricada sob n.º 44 A-32-5

Do	Número	Ano	Rubrica
ERSA-50	350-05.039	93-2	CHPB/dtc

9.1.2. não tem capacidade instalada para atuação na área de informática, porém, informa que está em andamento a locação da mesma;

9.1.3. tem condições para organizar os serviços relacionados ao controle de vagas para leitos hospitalares e de produção de procedimentos ambulatoriais de alto custo.

CONCLUSÃO

- não apresenta cópia da Lei de criação do Conselho Municipal de Saúde, apesar de ter sido citada na Portaria de nomeação dos membros do referido Conselho, o que dificulta a análise quanto à paridade; ○
- não está identificada como do Fundo Municipal de Saúde o extrato bancário a apresentado;
- não demonstra informação sobre o RCA privado, apesar de ter um hospital filantrópico, conveniado com o SUS, que complementa os serviços de saúde no município em urgência/emergência, especialidades e exames para elucidação - de diagnóstico.
- não está claro, na reforma da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos funcionários;
- não demonstra que os profissionais nomeados para a emissão de AIH e APA estão desvinculados dos prestadores conveniados/contratados com o SUS;
- não estabelece prazos para cumprir os requisitos relacionados ao item 09.
- os demais itens atendem à exigência legal.

Cecília
 Cecília Transolina do Amaral Del Bon
 Assistente Técnico de Planejamento
 de Ações em Saúde II
 ERS-50



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha de Informação

Rubricada sob nº

48

A-32-6

Do	Número	Ano	Rubrica
ERSA-50	350-05.039	93-2	CHPB/dtc

E-50

24/05/94

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

Assunto: Inclusão na GESTÃO PARCIAL

A avaliação do processo de inclusão na condição "GESTÃO PARCIAL" do município de CAJURU, abaixo descrita, foi feita pela Sub-Comissão Intergestores Regional constituída pelos Secretários Municipais de Saúde de Barrinha, Brodosqui, Guataparã, Jaboticabal e Serrana, em reunião realizada no ERSA-50, em 11/05/94:

"Após análise do Processo de Gestão Parcial da cidade de Cajuru, concluímos o seguinte:

- seja dado um prazo de 30 (trinta) dias para a correção dos itens abaixo:

1. apresentação da cópia da Lei de criação do Conselho Municipal de Saúde. ✓
2. Identificação do extrato bancário do Fundo Municipal de Saúde.
3. Apresentar o RCA privado do Anexo A e B, constantes às fls. 15 e 16. ✓
4. Apresentar o plano de carreira, cargos e salários dos funcionários.
5. Não considerar a desvinculação como pré-requisito para a indicação do profissional responsável pela autorização das AIH e APA.
6. Estabelecer o prazo para cumprir os requisitos relacionados ao item 09 (nove).

Só será aceito na Gestão Parcial, após a correção dos itens acima relacionados."



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

 Caixa de Informação
 Elaborada pelo

A 32-7

49

Do	Número	Ano	Rubrica
ERSA-50	350-05.039	93-2	MDVO/dtc

E-50

08/06/94

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

Assunto: Inclusão na condição GESTÃO PARCIAL

A avaliação do processo de inclusão na condição "GESTÃO PARCIAL" do município de CAJURU, abaixo descrita, foi feita pela Sub-Comissão Intergestores Regional constituída pelos Secretários Municipais de Barrinha, Brodos - qui, Guataparã, Jaboticabal e Serrana, em reunião realizada no ERS-50, em 08/06/94:

"A Sub-Comissão Intergestores de Ribeirão Preto, propõe:

- notificar o Secretário de Saúde do município de Cajuru, a contar desta data, no prazo de 30 dias (trinta) dias, a apresentação da documentação constante no processo de inclusão na GESTÃO PARCIAL".

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**ESCRITÓRIO REGIONAL DE SAÚDE DE RIBEIRÃO PRETO - ERSA.50MÉDICO RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO DE AIH, DE ACORDO COM A N.O.B. - 1

Considerando que para enquadramento do município, na condição de gestão parcial ou semi-plena, o mesmo deverá indicar profissional médico para autorizar as AIHs necessárias;

Considerando que esse profissional médico não deve possuir vínculo com nenhuma entidade conveniada e contratada ao Sistema Único de Saúde;

Considerando que em municípios de médio e pequeno porte, existe demanda reprimida desses profissionais ou de profissionais médicos em geral;

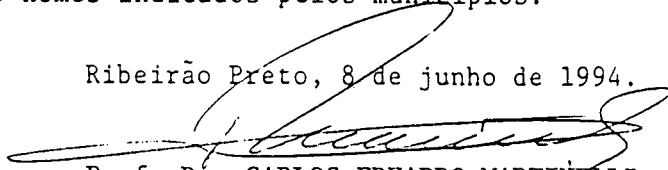
Considerando que os municípios têm contratado profissionais médicos para suprir quadro necessário e que esses profissionais com área de atuação a nível de rede pública em um município, pode ter vínculo com entidades conveniadas e ou contratadas pelo Sistema Único de Saúde em outro município da região, que às vezes se situa como referência secundária para o primeiro;

Considerando que com a estruturação e consolidação do sistema de referência e contra-referência, o encaminhamento de pacientes se dará de forma organizada e com controle suficiente para se evitar auto-encaminhamentos ou privilegiamento desta ou daquela entidade conveniada e ou contratada pelo Sistema Único de Saúde.

A avaliação e análise da indicação do profissional para autorização de AIH em determinado município não vetou o nome indicado, mesmo tendo vínculo com entidades em outros municípios, pois, entende que o mesmo estará colaborando e solucionando as dificuldades pontuais de alguns deles e, também, reforçando a possibilidade de estruturação e acompanhamento através das Unidades de Avaliação e Controle que, com a nova sistemática, obrigatoriamente deverá ser instalada nos municípios.

Com esta linha de raciocínio é que a Comissão de Intergestores Regionais do ERSA.50 aprovou os nomes indicados pelos municípios.

Ribeirão Preto, 8 de junho de 1994.


Prof. Dr. CARLOS EDUARDO MARTINELLI

Diretor Técnico de Departamento de Saúde
ERSA.50 - Ribeirão Preto



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

 1-32-9
 Unidade de Informação
 Multiplicada em 1

85

Do	Número	Ano	Rubrica
ERSA-50	350-05.039	93-2	RAV/dtc

E-50-ATPAS

28/11/94

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

Assunto: Solicita inclusão na gestão

Foram apresentados pelo Secretário Municipal de Saúde de Caju
ru, os seguintes documentos, abaixo discriminados:

- às fls.61 Cadastro Financeiro da conta do Fundo Municipal de Saúde
- às fls. 62 a 64 - cópia da Lei n.º 1154, de 20/09/94, que dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

A composição do Conselho Municipal de Saúde é paritária, sendo sua representação feita através de:

- I - 02 representantes do órgão municipal de Saúde;
 - II- 02 representantes do ERSA-50;
 - III - 01 representante de cada prestador de serviço conveniado ou não com o Sistema de Saúde.
 - IV - representantes dos usuários em número idêntico ao total dos ou
tros representantes.
- às fls. 67 a 70 - Relato descritivo das condições e Cronograma de assunção das responsabilidades da gestão parcial.
 - pode ser considerado concluído no que se refere à documentação.

Anexo 36 - Portaria nº 234 do Ministério da Saúde, de 22 de dezembro de
1994

A-2-1

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

~~PORTARIA Nº 234~~ DE 22 DE DEZEMBRO DE 1994

O Secretário de Assistência à Saúde no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Aprovar a lista de Estado e Municípios constantes do Anexo I, habilitados às respectivas condições de gestão, nos termos da NOB SUS 01/93, publicada através da Portaria nº. 545 de 20 de maio de 1993.

Parágrafo Único. A habilitação a que se refere o caput retroage ao mês seguinte ao da data de protocolo do processo no Departamento de Desenvolvimento, Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde/SAS/MS.

Art. 2º Aprovar a lista de municípios constantes do Anexo II desta Portaria, que atualiza condições de gestão, publicadas no Anexo II da Portaria SAS/MS nº.109 de 27 de junho de 1994 e 153 de 09 de setembro de 1994

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON DE CÁSSIA MARQUES DE CARVALHO

ANEXO I

Estado habilitado e condição de gestão, conforme a Lei nº 8.142 e Portaria 545/93.

Estado	Condição de Gestão
Bahia	Parcial

Relação dos Municípios habilitados nos devidos níveis de gestão, conforme a Lei nº. 8.142/90 e Portaria 545/93.

UF	Município	Condição de Gestão
BA	Iraquara	Incipiente
BA	Salvador	Incipiente
MG	Açucena	Incipiente
MG	Brasópolis	Incipiente
MG	Chapada do Norte	Incipiente
MG	Coromandel	Parcial
MG	Córrego do Bom Jesus	Incipiente
MG	Extrema	Parcial
MG	Guaraciaba	Incipiente
MG	Igarapé	Incipiente
MG	Mato Verde	Incipiente
MG	Patrocínio do Muriaé	Incipiente
MG	Presidente Kubtschek	Incipiente
MG	Santa Rita de Caldas	Incipiente
MG	São João da Mata	Incipiente
MG	São Sebastião da Bela Vista	Parcial
MG	Silvianópolis	Incipiente
PB	Camalaú	Incipiente
PE	Altinho	Incipiente

DO
26.12.94

A-33-2

PE	Camutanga	Parcial
PE	Goiana	Parcial
PE	Itambé	Incipiente
PE	Itapissuma	Parcial
PE	Jupi	Incipiente
PE	Limosiro	Parcial
PE	Macaparana	Parcial
PE	Parnamirim	Incipiente
PE	São José do Egito	Incipiente
PE	Triunfo	Parcial
PE	Venturosa	Incipiente
PE	Vicância	Incipiente
RS	Agudo	Parcial
RS	Ajuricaba	Incipiente
RS	Alegrete	Incipiente
RS	Campo Novo	Incipiente
RS	Campos Borges	Incipiente
RS	Cândido Godói	Incipiente
RS	Charqueadas	Parcial
RS	Coronel Bicaco	Incipiente
RS	Cristal	Incipiente
RS	Dois Lajeados	Incipiente
RS	Doutor Maurício Cardoso	Incipiente
RS	Eldorado do Sul	Incipiente
RS	Erebango	Incipiente
RS	Fortaleza dos Valos	Incipiente
RS	Getúlio Vargas	Incipiente
RS	Guaporé	Incipiente
RS	Guarani da Missões	Incipiente
RS	Humaitá	Incipiente
RS	Ibarama	Incipiente
RS	Ibirapuitã	Incipiente
RS	Igrejinha	Incipiente
RS	Imbé	Incipiente
RS	Jaquari	Incipiente
RS	Marau	Incipiente
RS	Marcelino Ramos	Incipiente
RS	Mariano Moro	Incipiente
RS	Mostardas	Incipiente
RS	Nova Hartz	Incipiente
RS	Nova Palma	Incipiente
RS	Palmares do Sul	Parcial
RS	Planalto	Incipiente
RS	Redentora	Incipiente
RS	Rodeio Bonito	Incipiente
RS	Roque Gonzales	Incipiente
RS	Salto do Jacuí	Incipiente
RS	Santo Antônio da Patrulha	Incipiente
RS	Santo Antônio das Missões	Incipiente
RS	Santo Augusto	Incipiente
RS	São Jorge	Incipiente
RS	São Leopoldo	Incipiente
RS	São Valentin	Incipiente
RS	São Vicente do Sul	Incipiente
RS	Sapiranga	Incipiente
RS	Sede Nova	Incipiente
RS	Taquaruçu do Sul	Incipiente
RS	Terra de Areia	Incipiente
RS	Torres	Incipiente
RS	Tramandai	Incipiente
RS	Três de Maio	Incipiente
RS	Tunas	Incipiente
RS	Viadutos	Incipiente
RS	Victor Graeff	Incipiente
SP	ALUMÍNIO	Parcial
SP	Araraquara	Parcial
SP	Bora	Incipiente
SP	Caiuá	Incipiente
SP	Cajuru	Parcial
SP	Campô do Jordão	Incipiente
SP	Cássia dos Coqueiros	Incipiente
SP	Cravinhos	Incipiente
SP	Cruzália	Incipiente
SP	Dobrada	Incipiente
SP	Embu	Parcial
SP	Embu-Guaçu	Incipiente
SP	Euclides da Cunha	Incipiente
SP	Herculândia	Incipiente
SP	Iacri	Incipiente
SP	Ipuá	Incipiente
SP	Itapeccerica da Serra	Parcial
SP	Jardinópolis	Incipiente
SP	Lorena	Parcial
SP	Luziânia	Incipiente
SP	Marabá Paulista	Incipiente
SP	Maracá	Incipiente
SP	Mirante do Paranapanema	Incipiente
SP	Monte Alto	Parcial
SP	Morro Agudo	Incipiente
SP	Natividade da Serra	Incipiente
SP	Nipoá	Incipiente
SP	Nova Granada	Incipiente
SP	Nuporanga	Incipiente
SP	Orindiúva	Incipiente
SP	Orlândia	Incipiente
SP	Pedreira	Incipiente

SP	Pedreira	Incipiente
SP	Pindamonhangaba	Incipiente
SP	Piquerobi	Incipiente
SP	Presidente Epitácio	Parcial

SP	Presidente Venceslau	Parcial
SP	Quatá	Incipiente
SP	Quintana	Incipiente
SP	Redenção da Serra	Incipiente
SP	Ribeirão Preto	Incipiente
SP	Rinópolis	Incipiente
SP	Rio Grande da Serra	Incipiente
SP	Rosana	Incipiente
SP	Sales de Oliveira	Incipiente
SP	Santo Anastácio	Incipiente
SP	São Bento do Sapucaí	Incipiente
SP	São Joaquim da Barra	Incipiente
SP	Serra Azul	Incipiente
SP	Taboão da Serra	Parcial
SP	Teodoro Sampaio	Incipiente
SP	Vargem Grande Paulista	Parcial

ANEXO II

Relação de municípios com atualização de condição de gestão:


UF	Municípios	Condição de Gestão
MG	Carmo da Cachoeira - Incipiente	Parcial
MG	Nanuque - Parcial	Semiplena
MG	Paraguacu - Incipiente	Parcial
MG	Itabira - Incipiente	Parcial
MG	Francisco Sá - Incipiente	Parcial

(Of. nº 264/94)

Ministério do Trabalho

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDÔ DE AMPARO
AO TRABALHADOR

Anexo 37 - Porcentagem do Orçamento Municipal aplicado na Saúde

A-3.1


A N E X O 3

SECRETARIA: MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAJURU EXERCÍCIO DE: 1.994
 TÍTULO: RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DA RECEITA ESTIMADA DA SAÚDE, POR TODAS AS FONTES CR\$ 1.000.000

DESIGNAÇÃO DE GRUPO DE FONTES	RECEITA REALIZADA	
	TOTAL	CREDITADA NA CONTA DO FUNDO
Recursos do Tesouro	768.659	-
Recursos Transferidos por outras esferas do governo.	828.920	676.582
1 Do Ministério da Saúde	822.420	670.082
1.1 A.I.H. Públicos	-	-
1.2 A.I.H. Privados	480.782	-
1.3 RCA - Públicos (SIA-GAP)	337.138	184.800
1.4 RCA - Privados (SIA-GAP)	-	-
1.5 Diferenças (Teto Financeiro Prod. Hosp. e Amb.)	-	-
1.6 FAM/ FAE	4.500	4.500
1.7 Outras Transferências	-	-
2 De outros Ministérios	-	-
2.1 Do Governo Estadual	6.500	6.500
Outras Receitas		
Doações		
Empréstimos		
TOTAL	1.597.579	676.582

- PARTICIPAÇÃO DA SAÚDE NO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

CR\$ 1.000.000

ORÇAMENTO GERAL DO GOVERNO

4.077.290

DA SAÚDE NO ORÇAMENTO GERAL DO GOVERNO

188.900

Anexo 38 - Demonstrativo de Recursos Financeiros - Setor Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS FINANCEIROSSETOR SAÚDE

MUNICÍPIO - CAJURU SP JANEIRO / 1.995.

R E C E I T A

- Recursos próprios do município.....	72.863,03
- Percentual aplicado do orçto.MUNIC.....	19%
- Recurso do estado (T.a.).....	-o-
- Recurso do federal	-o-
- Receita de serviços(faturamento).....	24.232,89
- Outros.....	80,11

97.176,03

D E S P E S A

Pessoal.....	79.023,11
Medicamentos	243,32
Material de Enfermagem	3.371,28
Material Odontológico.....	1.893,59
Material de Escritório.....	1.420,00
Material de Laboratório.....	1.104,87
Serviços.....	2.858,75
Outros.....	7.261,11

97.176,03

INVESTIMENTOS

Equipamentos.....	0,00
Obras.....	-o-

TOTAL..... 97.176,03

LOCAL - CAJURU SP:

DATA- 07.04.95.

ASSINATURA:

46 - CAJURU SP - 1995
VARS. CHAMADO VARS. ED. 1/11



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS FINANCEIROS

SETOR SAÚDE

MUNICÍPIO - CAJURU SP FEVEREIRO / 1.995

R E C E I T A

- Recursos próprios do município.....	52.693,08
- Percentual aplicado do orçto mun.....	19%
- Recurso do estado (T.A.).....	-o-
- Recurso federal.....	-o-
- Recurso de serviços (faturamento).....	39.408,26
- Resultado de aplicações.....	-o-
- Outros.....	-o-

 92.101,34

D E S P E S A

- Pessoal	74.384,69
- Material de Enfermagem.....	8.743,22
- Material Odontológico.....	221,00
- Combustível.....	940,65
- Material de laboratório.....	445,70
- Serviços.....	3.345,52
- Outros.....	4.020,56

 92.101,34


INVESTIMENTOS

Equipamentos.....	0,00
Obras	0,00
TOTAL.....	92.101,34

LOCAL- CAJURU SP

DATA 07.04.95.

ASSINATURA:



HEITA DE CASSIA CERNALDO SILVA
C. CARO VERDE - CAJURU - SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS FINANCEIROS

SETOR SAÚDE

<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CAJURU</u>	<u>MARÇO/95</u>
<u>R E C E I T A</u>		
- Recurso próprios do município.....		54.085,55
- Percentual aplicado do município.....		15%
- Recurso do estado (T.A.)		-0-
- Recurso federal.....		-0-
- Receita de serviços (faturamento).....		29.629,50
- resultado de aplicações financeiras.....		8.370,50
- Outros.....		-0-
TOTAL.....		92.085,55
<u>D E S P E S A</u>		
Pessoal.....		70.404,73
medicamentos.....		243,32
Mat. de enfermagem.....		6.110,14
material odontológico.....		30,00
Material de escritório.....		2.965,40
combustível.....		1.683,44
Material de laboratório.....		1.104,87
Serviços.....		2.116,11
Outros.....		639,47
TOTAL.....		92.085,55
<u>INVESTIMENTOS</u>		
- Equipamentos.....		-0-
- Obras.....		-0-
TOTAL.....		92.085,55

DATA: 30.06.95

ASSINATURA:

RITA DE CÁSSIA CARVALHO SILVA
C. C.R.C 126366 - P.M. CAJURU - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS FINANCEIROS

SETOR SAÚDE

<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CAJURU</u>	<u>ABRIL/95</u>
<u>R E C E I T A</u>		
- Recursos próprios do município....	54.842,72	
- percentual aplicado do município..	17%	
- Recurso do estado (T.A.).....	-0-	
- Recurso Federal	-0-	
Receita s/ faturamento.....	34.706,98	
- Resultado aplicações financeiras..	-0-	
TOTAL.....	89.549,70	
<u>D E S P E S A</u>		
Pessoal.....	75.883,92	
Medicamentos.....	-0-	
Mat. de Enfermagem	7.404,78	
Mat.odontológico.....	1.648,93	
Material de escritório.....	-0-	
Combustível.....	1.830,84	
Material de laboratório.....	-0-	
Serviços.....	906,91	
Outros.....	1.874,32	
<u>I N V E S T I M E N T O</u>		
- Equipamentos	-0-	
- Obras.....	-0-	
TOTAL.....	89.549,70	

Cajuru, 30.06.95

ASSINATURA:



MANOEL DE JESUS SILVA
 PREFEITO MUNICIPAL DE CAJURU - SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS FINANCEIROS

SETOR SAÚDE

MUNICÍPIO: CAJURU SP

MAIO/95

R E C E I T A

- Recurso próprios do município.....	72.516,39
- Percentual aplicado do município.....	1.517,00
- Recurso do Estado (T.A.).....	-0-
- Recurso do federal(T.A.).....	-0-
- Receita de Serviços(Faturamento).....	37.268,02
- Resultado de aplicações financeiras....	-0-
- Outros.....	-0-
TOTAL.....	109.784,41

D E S P E S A

Pessoal.....	91.109,77
Medicamentos.....	7.779,72
Material de enfermagem.....	5.046,92
materiais de escritório.....	1.495,00
combustível.....	1.885,39
Outros.....	374,92
Serviços.....	760,69
TOTAL.....	108.452,41

INVESTIMENTOS

- Equipamentos.....	1.332,00
- Obras.....	-0-
TOTAL.....	109.784,41

DATA: 06.07.95

ASSINATURA:

RITA DE CÁSSIA CARVALHO SILVA
C. O.R.C 125388 - P.M. CAJURU - SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS FINANCEIROS

SETOR SAÚDE

MUNICÍPIO DE CAJURU SP

JUNHO/95

R E C E I T A

- Recurso próprio do município	42.547,29
- Percentual aplicado do município.....	10%
- Recurso do estado (T.A.).....	-o-
- Recurso do federal(T.A.).....	-o-
- Receita Serviços (faturamento).....	80.810,65
- Resultado de aplicações financeiras.....	-o-
- Outros	-o-
TOTAL.....	123.357,94

D E S P E S A

- Pessoal	82.391,56
- Medicamentos.....	112,44
- Material de Enfermagem.....	-o-
- Material de escritório.....	-o-
- Combustível.....	1.486,90
- outros.....	1.745,82
- Serviços.....	2.016,00
TOTAL.....	87.752,72

INVESTIMENTOS

- Equipamentos.....	-o-
- Obras.....	-o-
TOTAL.....	-o-

TOTAL GERAL..... 87.752,72

obs:

Por haver recebido a segunda parcela no último dia do mês o valor de R\$ 35.605,22 referente a mesma, ficou para despesas do mês de Julho/95.

DATA: 22.08.95

ASSINATURA :



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

A-20-7

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS FINANCEIROS SETOR SAÚDE

MUNICÍPIO DE CAJURU SPJULHO / 95R E C E I T A

- Recurso próprio do município.....	17.236,74
- Percentual aplicado do município.....	4,5%
- Recurso do estado (T.A.).....	-o-
- Recurso do fereral(T.A.).....	-o-
- Receita de seviços(faturamento).....	57.770,15
- Resultado de aplicações financeiras.....	5.217,59
- Outros . Saldo anterior.....	35.605,32
TOTAL.....	115.829,80

D E S P E S A

- Pessoal.....	89.130,04
- Medicamentos.....	578,00
- Material de enfermagem.....	6.786,53
- Material de escritório.....	3.990,00
- Combustível.....	1.970,43
- Material odontológico.....	1.287,75
- Material de laboaratório.....	2.669,39
- Serviços.....	1.654,85
- Outros.....	5.212,81
TOTAL:.....	113.279,80

I N V E S T I M E N T O S

- Equipamentos.....	2.550,00
- Obras.....	-o-
TOTAL.....	2.550,00
TOTAL GERAL.....	115.829,80

DATA: 18.09.95

ASSINATURA:

RITA DE CASSIA CARNEIRO SILVA
C. C.R.C 126399 -- F.M. CAJURU - SP

ESTADO SÃO PAULO

A - 21 - 8

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS FINANCEIROS - SETOR SAÚDEMUNICÍPIO DE CAJURU SPAGOSTO/95R E C E I T A

RECURSO PRÓPRIO DO MUNICÍPIO.....	60.485,23
PERCENTUAL APLICADO.....	18%
RECURSO ESTADO (T.A.).....	-o-
RECURSO FEDERAL(T.A).....	-o-
RECEITA DE SERVIÇOS (FATURAMENTO).....	46.174,69
RESULTADO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	-o-
OUTROS	-o-
TOTAL.....	106.659,92

D E S P E S A

- PESSOAL.....	90.433,62
- MEDICAMENTOS.....	-o-
- MATERIAL DE ENFERMAGEM.....	2.137,95
- MATERIAL ODONTOLÓGICO.....	2.583,10
- MATERIAL DE LABORATÓRIO.....	100,00
- SERVIÇOS.....	3.938,75
- OUTROS.....	2.532,90
TOTAL.....	101.726,32

INVESTIMENTOS

- EQUIPAMENTOS.....	4.933,60
TOTAL.....	4.933,60

TOTAL GERAL.....	106.659,92
------------------	------------

SERVICOS

ADIANTAMENTO P/ VIAGEM	150,00
EXAMES ULTRASSONOGRAFIA.....	755,00
TICKETS.....	1.311,75
Outros	1.722,00
	<hr/>
	3.938,75

DATA: 06.10.95

ASSINATURA:



RITA DE CÁSSIA CARVALHO SILVA
C. C.R.C 126700 - SÃO PAULO - SP

ANEXO "A"ESTARIA: MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAJURU EXERCÍCIO: 1993

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO FINANCEIRO DOS RECURSOS DA SAÚDE: _____

DESIGNAÇÃO DE GRUPO DE FONTES	RECEITA REALIZADA		DESPESA REALIZADA
	TOTAL	CREDITADA NA CONTA DO FUNDO	
Recursos do Tesouro	157.368	-	41.963
Recursos transferidos por outras esferas do governo.	54.663	15.917	54.663
Do ministério da Saúde	53.929	15.283	53.929
1 A.I.H. Públicas	-	-	-
2 A.I.H. Privados	46.106	-	38.646
3 RCA - Públicas (SIA-GAP)	15.063	15.063	15.063
4 RCA - Privados (SIA-GAP)	8.714	-	-
5 Diferenças (Teto Financeiro Prod.Hosp. e Amb.)	-	-	-
6 PAM/ FAE	220	220	220
7 Outras transferências	-	-	-
De outros Ministérios	-	-	-
Do Governo Estadual	634	634	634
Outras receitas	-	-	-
Doações	-	-	-
Empréstimos	-	-	-
T A L	212.031	15.917	96.626

PARTICIPAÇÃO DA SAÚDE NO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO R\$1.000.000ORÇAMENTO GERAL DO GOVERNO 270.779SAÚDE NO ORÇAMENTO GERAL DO GOVERNO 15%

APLICAÇÕES DOS RECURSOS MUNICIPAIS NO EXERCÍCIO DE 1992.

13-3

MUNICÍPIOS	Balanco Geral do Municipio	Aplicação em Saude			Origem dos Recursos		Percentual da Contrapartida Municipal
	Total Empenhado (em milhões)	em pessoal (em milhões)	Z	total geral (em milhões)	municipal (em milhões)	outras fontes (em milhões)	
Altinópolis	9.602	1.236	69	1.775	575	1.200	6%
Barrinha	7.194	415	38	1.079	507	572	7%
Batatais	15.845	1.236	56	2.184	175	2.009	1%
Brodowski	7.180	1.429	65	2.194	1.301	893	18%
Cajuru	7.220	626	36	1.705	506	1.199	7%
Cássia dos Coqueiros	1.017	38	15	244	26	218	3%
Cravinhos	9.551	583	34	1.695	717	978	8%
Dumont	2.955	248	30	826	547	279	19%
Guariba	9.099	314	15	2.090	1.145	945	13%
Jaboticabal	30.497	2.639	55	4.757	1.445	3.312	5%
Jardinópolis	16.912	986	45	2.174	1.169	1.005	7%
Luiz Antonio	4.989	288	33	867	553	314	11%
Monte Alto	14.643	1.407	60	2.311	844	1.467	6%
Pitangueiras	12.235	557	57	977	290	687	2%
Pontal	9.891	398	37	1.070	374	696	4%
Pradópolis	8.218	964	44	2.157	1.639	518	20%
Ribeirão Preto	264.958	39.956	67	58.875	42.875	16.000	16%
Santa Rosa de Viterbo	12.315	632	29	2.154	1.417	737	11%
Santo Antonio da Alegria	2.745	222	37	594	249	345	9%
São Simão	7.430	801	70	1.138	465	673	6%
Serra Azul	2.576	256	44	570	137	433	5%
Serrana	10.417	1.933	76	2.511	1.358	1.153	13%
Sertãozinho	38.342	2.780	49	5.574	3.182	2.392	8%
Total	505.831	59.953	60	99.521	61.496	38.025	12%

* Fonte Departamento de Contabilidade Municipal

APLICAÇÕES DOS RECURSOS MUNICIPAIS NO EXERCÍCIO DE 1991.

MUNICÍPIOS	Balanco Geral do Município	Aplicação em Saúde			Origem dos Recursos		Percentual da Contrapartida Municipal
	Total Empenhado (em milhões)	em pessoa (em milhões)	%	total geral (em milhões)	municipal (em milhões)	outras fontes (em milhões)	
Altinópolis	1.215	83	35	234	83	151	7%
Barrinha	1.018	38	25	149	64	85	8%
Batatais	2.744	196	55	352	141	211	5%
Brodowski	1.097	223	67	328	221	107	20%
Cajuru	1.096	96	35	271	118	153	11%
Cássia dos Coqueiros	326	13	19	68	39	29	12%
Cravinhos	1.229	15	11	133	32	101	3%
Dumont	564	34	17	190	62	128	11%
Guariba	1.394	42	20	203	89	114	6%
Jaboticabal	5.100	397	60	656	477	179	10%
Jardinópolis	1.892	120	63	189	81	108	4%
Luiz Antonio	1.043	83	54	153	112	41	11%
Monte Alto	2.532	198	61	320	120	200	6%
Pitangueiras	2.455	84	47	176	51	125	2%
Pontal	1.839	67	19	349	268	81	15%
Pradópolis	2.020	177	59	300	210	90	11%
Ribeirão Preto	29.807	3.881	77	5.015	2.343	2.672	10%
Santa Rosa de Viterbo	1.849	78	27	284	49	235	3%
Santo Antonio da Alegria	389	42	43	96	30	66	8%
São Simão	1.250	122	67	181	92	89	7%
Terra Azul	499	63	64	97	5	92	1%
Terrana	1.890	238	61	384	140	244	8%
Tertãozinho	5.155	381	50	749	421	328	8%
Total	68.403	6.671	61	10.877	5.248	5.629	7%

* Fonte Departamento de Contabilidade Municipal

SERVIÇOS DE SAÚDE

